

Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.

RELATÓRIO

FINANCIAMENTO DE PRODUTOS DE APOIO

AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

(Despacho n.º 7225/2015 de 11 de julho)

**ANO
2015**

Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.

Preparação, compilação e elaboração

DGE – Alexandra Crespo e Filomena Pereira

DGS – Anabela Coelho e Carla Pereira

IEFP, I.P. – Filipa Aguiar Ferreira, Leonardo Conceição e Sérgio Moleiro

INR, I.P. – Lobélia Melo e Rita Vilhena

ISS, I.P. – Glória Pargana e Suzana Giestas

Documento a ser disponibilizado por via eletrónica em

ÍNDICE GERAL

Introdução	8
Parte I	
Enquadramento legal do sistema de atribuição de produtos de apoio ano 2015	12
Parte II	
Avaliação física e financeira do financiamento global dos produtos de apoio ano 2014/2015	13
Parte III	
Direção Geral da Saúde	15
Produtos de apoio por tipologia de deficiência	18
Distribuição por entidades prescritoras	19
Execução Financeira	20
Síntese	21
Parte IV	
Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.)	22
Uniformização de procedimentos do ISS, I.P.	23
Rede de Centros prescritores especializados do ISS, I.P.	24
Execução 2015	25
Caraterização dos beneficiários	25
Tipo de deficiência/alteração da função/alteração de estrutura	30
Caraterização dos produtos de apoio	33
Execução financeira	40
Parte V	
Instituto do Emprego e Formação profissional, I.P. (IEFP, I.P.)	40
Caraterização dos beneficiários	40
Pessoas apoiadas por Região	40

Pessoas apoiadas por sexo	40
Pessoas apoiadas por grupo etário	41
Pessoas apoiadas por habilitações académicas	44
Pessoas apoiadas por tipo de deficiência e alteração das funções	44
Caraterização da execução física e financeira	45
Execução física e financeira global	45
Execução física e financeira por tipo de deficiência e alteração das funções	46
Caracterização dos produtos de apoio atribuídos	46
Caracterização dos produtos de apoio por classificação ISO	46
Caracterização do financiamento por região e classificação ISO	47
Considerações finais	48
Parte VI	
Direção Geral da Educação (DGE)	50
Distribuição de produtos de apoio	51
Distribuição de produtos de apoio por centros de recursos TIC para a educação especial (CRTIC)	51
Distribuição de alunos que receberam produtos de apoio por sexo	52
Distribuição de produtos de apoio por categoria	52
Execução financeira	53
Notas finais	53
Parte VII	
Síntese global das entidades	54
Parte VIII	
Síntese conclusiva global da execução física e financeira do financiamento dos produtos de apoio das entidades	56

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Produtos de apoio entregues por ARS	15
Prescrição de produtos de apoio por sexo (DGS)	16
Entidades associadas à prescrição por ARS	17
Distribuição de produtos de apoio por tipologia de deficiência (DGS)	18
Distribuição do n.º de beneficiários por Centro Distrital da Segurança Social	26
Distribuição do n.º de beneficiários por sexo (ISS, I.P.)	26
Distribuição do n.º de beneficiários por escalão etário (ISS, I.P.)	27
Distribuição do n.º de beneficiários por grupo etário (ISS, I.P.)	28
Distribuição do n.º de beneficiários por sistema e subsistema da saúde (ISS, I.P.)	29
Distribuição do n.º de beneficiários por tipo de deficiência (ISS, I.P.)	31
Distribuição do n.º de beneficiários por alteração da função (ISS, I.P.)	31
Distribuição do n.º de beneficiários por alteração da estrutura (ISS, I.P.)	32
Distribuição do n.º de produtos de apoio financiados por Centro Distrital da Segurança Social	34
Distribuição do n.º de produtos de apoio por entidade prescritora (ISS, I.P.)	35
Distribuição do n.º de produtos de apoio por finalidade (ISS, I.P.)	35
Distribuição dos produtos de apoio por classe ISO (ISS, I.P.)	36
Distribuição dos produtos de apoio por classe ISO, execução financeira (ISS, I.P.)	39

ÍNDICE DE QUADROS

Execução anual do financiamento dos produtos de apoio por entidade	13
Execução anual do financiamento dos produtos de apoio por entidade	14
Evolução da execução do financiamento dos produtos de apoio	14
Número de beneficiários com múltiplos produtos de apoio financiados (ISS, I.P.)	23
Distribuição do n.º de produtos de apoio por escalão etário por Centro Distrital da Segurança Social	28
Distribuição de produtos de apoio por classe ISO por Centro Distrital da Segurança Social	38
Distribuição dos produtos de apoio por classe ISO por Centro Distrital da Segurança Social	38
Dotação, valor executado e taxa de execução por Centro Distrital da Segurança Social	40
Principais Indicadores (ISS, I.P.)	41
Distribuição dos produtos de apoio grupo etário (IEFP, I.P.)	44
Distribuição dos produtos de apoio por tipo de deficiência/alteração das funções (IEFP, I.P.)	44
Execução física e financeira (IEFP, I.P.)	45
Execução física e financeira por tipo de deficiência/alteração das funções (IEFP, I.P.)	46
Execução física por classificação ISO a 2 dígitos (IEFP, I.P.)	47
Produtos financiados por classificação ISO (IEFP, I.P.)	47
Custo médio dos produtos de apoio atribuídos por classificação ISO (IEFP, I.P.)	48
Evolução dos últimos 4 anos (IEFP, I.P.)	48
Distribuição dos produtos de apoio por CRTIC (DGE)	51

Classificação dos produtos de apoio por referência ISO 9999-2007 (DGE)	52
Produtos de apoio atribuídos por agrupamento de escolas, alunos abrangidos e montantes disponibilizados (DGE)	53
Resumo da Evolução global física e financeira por entidades financiadoras referente ao ano de 2015	57
Resumo da execução global física e financeira das entidades financiadoras referente ao ano de 2014	58
Monitorização de processos rececionados e encaminhados em sede de CAPA	59

ÍNDICE DE TABELAS

Produtos de apoio entregues por ARS	15
Produtos de apoio entregues por faixa etária (DGS)	16
Entidades associadas à prescrição por ARS	16
Produtos de apoio por categoria ISO e ARS	17
Distribuição do n.º de Produtos de Apoio por entidades prescritoras nas ARS	19
Tipos de deficiência por ARS	19
Produtos de apoio atribuídos e montantes reportados por ARS	21

INTRODUÇÃO

O Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., (INR, I.P.) é um instituto público integrado e tutelado pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. A garantia de igualdade de oportunidades, o combate à discriminação e a valorização das pessoas com deficiência, numa perspetiva de promoção dos seus direitos fundamentais, são os princípios que norteiam a atuação deste Instituto.

O INR, I.P., tem por missão assegurar o planeamento, execução e coordenação das políticas nacionais destinadas a promover os direitos das pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

A visão de futuro do INR, I.P., é construir uma sociedade que olha para o cidadão na sua diferença, potenciando as suas capacidades e a sua autonomia.

O INR, I.P. propõe-se inovar nas iniciativas e atividades de forma sensível e adequada aos contextos, no sentido da concretização da visão "Uma Pessoa um Cidadão".

O ano de 2015 foi o ano de implementação do sistema informático centralizado que interliga as entidades financiadoras e prescritoras do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA). Na continuidade dos trabalhos desenvolvidos anteriormente e em estreita colaboração com todas as entidades intervenientes neste Sistema, o ano de 2015 marcou a implementação da 1.^a fase de informatização da BDR-SAPA, sendo este um passo determinante na prossecução do objetivo mais amplo que havia sido estipulado pelo Decreto-Lei n.º 93/2009, de 16 de abril.

Com a publicação da Portaria n.º 78/2015, de 17 de março, foi aprovado o modelo de ficha de prescrição de produtos de apoio e estabelecido o seu preenchimento eletrónico na BDR-SAPA, em substituição da prescrição em suporte papel. No ano anterior já havia sido publicada a Portaria n.º 192/2014, de 26 de Setembro, que regula a criação e manutenção da Base de Dados de Registo do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (BDR-SAPA), bem como o tratamento da informação no que respeita à referenciação, prescrição, atribuição, comparticipação e reutilização de produtos de apoio.

A BDR-SAPA visa a desburocratização, a desmaterialização e a simplificação do SAPA com vista à avaliação e ao controlo da atribuição dos produtos de apoio a nível nacional, de uma forma mais eficiente e célere, bem como a gestão de prescrições de produtos de apoio, permitindo aos organismos envolvidos a caracterização e a consulta de informação relativa aos utilizadores e beneficiários do SAPA. Esta Base de Dados de Registo, BDR-SAPA, encontra-se em pleno funcionamento no ano de 2015, tendo-se verificado a sua capacidade de evolução e adequação, face às diferentes situações e questões habitualmente emergentes em contexto de mudança e aquando dos processos de implementação no terreno.

O funcionamento do SAPA tem sido alvo de propostas de melhoria contínua nomeadamente ao nível da ficha de prescrição para a sua agilização, bem como o ajustamento de procedimentos mais céleres que poderão responder de forma mais rápida às necessidades dos requerentes.

O INR, I.P., tem levado ao conhecimento da Comissão de Acompanhamento dos Produtos de Apoio (CAPA) alguns constrangimentos reportados por parte dos cidadãos e/ou entidades prescritoras, que têm merecido a maior atenção de todos os representantes da referida Comissão que é constituída por todas as entidades financiadoras bem como por organizações não governamentais, tais como a ACAPO, a CNAD e a APD, sob a coordenação do INR, I.P..

O INR, I.P., procede anualmente à revisão da lista homologada de produtos de apoio, tal como sucedeu recentemente com a lista de produtos de apoio, publicada por Despacho n.º 7197/2016, de 1 de junho, na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 105. em articulação com as entidades intervenientes no SAPA, das áreas da saúde (DGS, ACSS, I.P.), da educação (DGE), do emprego (IEFP, I.P.) e da segurança social (ISS, I.P.), de acordo com as necessidades equacionadas.

No decorrer do ano de 2015, foi feita a análise anual da Lista Homologada dos Produtos de Apoio para vigorar no ano de 2016, destacando-se a introdução de 21 novos produtos de apoio. Foi retirado 1 produto de apoio confirmada a sua não existência de prescrições por parte das entidades prescritoras, tendo sido introduzidas 7 novas sub classes na nova lista homologada de produtos de apoio. Assim as classes introduzidas foram as seguintes:

- 04 24 – Equipamentos e materiais para testes físicos, fisiológicos e bioquímicos;
- 09 48 – Produtos de apoio para medição das propriedades físicas e fisiológicas humanas;
- 12 36 – Produtos de apoio para elevação;
- 18 06 – Equipamento de iluminação;
- 22 15 – Produtos de apoio para cálculo
- 22 24 – Produtos de apoio para telefonar (e mensagens telemáticas);
- 27 06 – Instrumentos de medida

Os produtos de apoio introduzidos na referida Lista dos produtos de apoio foram os seguintes:

- 04 24 09 – Aparelhos de medição da tensão arterial (esfigmomanómetros)
- 04 24 12 – Materiais para análise do sangue
- 06 03 08 – Ortóteses toraco-lombares
- 09 48 03 – Termómetros corporais
- 09 48 06 – Balanças para pessoas
- 12 12 08 – Adaptação para carros para acionar funções secundárias
- 12 12 09 – Cintos de segurança para carros
- 12 23 03 – Cadeira de rodas elétricas com comando de direção manual

- 12 36 03 – Gruas de elevação com fundas
- 12 36 21 – Unidades de suporte de pessoas para gruas
- 18 06 06 – Iluminação para leitura e trabalho
- 22 06 21 – Ajudas para ouvir associadas a implantes
- 22 12 15 – Máquinas de escrever
- 22 15 06 – Máquinas de calcular
- 22 24 06 – Telefones para redes móveis
- 22 27 06 – Indicadores com sinais acústicos
- 22 27 09 – Indicadores com sinais mecânicos
- 22 33 03 – Computadores de secretária (não portáteis)
- 27 06 03 – Produtos de apoio e instrumentos para o comprimento
- 27 06 24 – Produtos de apoio e instrumentos para medir cores
- 27 06 27 - Produtos de apoio para medir os níveis de som

O produto retirado da lista homologada foi o produto de apoio com a referência ISO 22 30 06 – Materiais de leitura em caracteres ampliados. No âmbito da análise feita pelas entidades financiadoras verificou-se ser um produto de apoio sem impacto nos pedidos efetuados pelas pessoas com deficiência e/ou incapacidades e conseqüentemente sem registos significativos nas prescrições efetuadas pelas respetivas entidades prescritoras.

Assim, tendo sido assegurada a implementação da primeira fase do SAPA, a perspetiva de dar continuidade a este processo constitui-se como um desenvolvimento importante no sentido da garantia da operacionalização de uma aplicação que permita acompanhar o “ciclo de vida” do sistema no seu todo (prescrição, atribuição, comparticipação e reutilização de produtos de apoio) beneficiando do conhecimento adquirido na etapa concretizada e promovendo as ações necessárias a uma maior simplificação dos circuitos e do sistema, em parceria com o Instituto de Informática, I.P. (II, I.P.) e com as entidades a que o sistema informático centralizado se encontra interligado.

O presente relatório está dividido em oito partes distintas, a saber:

- Na primeira parte apresenta-se o enquadramento legal e legislação publicada neste âmbito durante o ano de 2015.
- Na segunda parte é feita uma exposição relativa à evolução da execução física e financeira global nos anos de 2014 e 2015, com a apresentação das verbas disponibilizadas, o número de pessoas apoiadas e o número de produtos de apoio atribuídos alusiva ao Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I. P.), à Direção Geral de Saúde (DGS), à Direção Geral da Educação (DGE) e ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, I. P.).

- Na terceira parte são apresentados os valores da execução física e financeira do financiamento dos produtos de apoio da DGS no âmbito do SAPA referente ao ano de 2015.
- Na quarta parte apresentam-se os valores executados pelo ISS, I.P. no âmbito do SAPA, no decorrer do ano de 2015.
- Na quinta parte apresenta-se a execução física e financeira do financiamento de produtos de apoio pelo IEFP, I. P., no ano em referência.
- Na sexta parte identificam-se os valores da execução física e financeira no âmbito da DGE e referentes ao ano em apreço.
- Na sétima parte é feita uma síntese global dos dados enviados pelas respetivas entidades e procede-se à análise dos valores globais da execução física e financeira do financiamento de produtos de apoio no âmbito do SAPA.
- Na oitava parte apresenta-se uma síntese conclusiva dos elementos com maior impacto fornecidos por cada entidade financiadora referente ao ano em apreço.

PARTE I

1 – ENQUADRAMENTO LEGAL DO SISTEMA DE ATRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE APOIO RESPEITANTE AO ANO DE 2015

Decreto-Lei n.º 93/2009, de 16 de abril, publicado no Diário da República, 1ª Série, n.º 74, que cria o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio, designado SAPA.

Decreto-Lei n.º 42/2011, de 23 de março, publicado no Diário da República, 1ª Série, n.º 58, que cria um regime transitório aplicável à fixação de montantes das verbas destinadas ao financiamento dos produtos de apoio, à definição dos procedimentos das entidades prescritoras e financiadoras e à identificação da lista de produtos de apoio.

- Portaria n.º 192/2014, de 26 de setembro, publicada no Diário da República, 1ª Série, n.º 186, que regula a criação e manutenção da base de dados de registo do SAPA (BDR-SAPA)
- Despacho do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., n.º 14278/2014, de 12 de novembro, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 229, em 26 de novembro, que faz publicar Lista de produtos de apoio identificando os de prescrição médica obrigatória, bem como os que são prescritos por equipa técnica multidisciplinar e identifica os produtos de apoio reutilizáveis.
- Portaria n.º 78/2015, de 17 de março - Aprova o modelo da ficha de prescrição de produtos de apoio, no âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA), constante do anexo à referida Portaria, e da qual faz parte integrante.
- Despacho Conjunto dos Gabinetes da Ministra de Educação e Finanças e do Ministro da Educação e Ciência dos Secretários de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, da Solidariedade e da Segurança Social e do Emprego n.º 6478/2015, de 11 de junho, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 11, que estabelece os montantes das verbas destinadas ao financiamento de produtos de apoio para o ano 2015.
- Despacho do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., n.º 7225/2015, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 126, de 1 de julho, que publica os procedimentos gerais no âmbito de aplicação e acesso ao Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio.

No que diz respeito à Região Autónoma dos Açores (RAA), de acordo com o Decreto Regional n.º 13/2015/A, publicado no Diário da República 1.ª Série – N.º 156, de 12 de agosto, é criado o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio.

Ainda sobre o SAPA, no que diz respeito à Região Autónoma dos Açores (RAA), de acordo a informação prestada por aquela Região Autónoma, considerando o Decreto-Lei n.º 93/2009, de 16

de abril e, a alínea a) do ponto n.º 30 do Despacho 5212/2014, de 11 de abril foi publicado o Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2015/A, de 12 de agosto.

Conforme previsto no Decreto Regulamentar supra mencionado foi criada uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação que se encontra em fase de nomeação, uma vez que está em elaboração a restante regulamentação, tendo sido o INR, I.P., informado que de momento não será possível a inclusão no relatório de execução do SAPA-RAA, referente ao ano de 2015, dos dados daquela região.

Quanto à Região Autónoma da Madeira (RAM) não foi possível proceder ao envio da informação referente à avaliação física e financeira do financiamento de produtos por se encontrarem em curso os trabalhos conducentes à adaptação legislativa do SAPA à RAM.

PARTE II

1 – AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO FINANCIAMENTO GLOBAL DOS PRODUTOS DE APOIO DE 2014 E 2015

Nos quadros 1 e 2 poderão observar-se, de forma especializada, os valores obtidos por cada entidade financiadora no período em análise.

Quadro 1 – Execução anual do financiamento dos produtos de apoio, por entidade

Ano de 2014				
ENTIDADES FINANCIADORAS	ISS, I.P.	ACSS/DGS	IEFP, I.P.	DGE
Pessoas Apoiadas	1.537	14.078	303	511
Produtos de Apoio (Nº)	3.296	16.607	568	538
Orçamento programado (€)	4.000.238,26	6.000.000,00	1.100.000,00	200.000,00
Orçamento Executado (€)	4.000.238,26	4.399.605,36	1.771.285,81	199.959,11
Taxa de Execução (%)	100	73	161	99,9

Quadro 2 – Execução anual do financiamento dos produtos de apoio por entidade

Ano de 2015				
ENTIDADES FINANCIADORAS	ISS, I.P.	ACSS/ DGS	IEFP, I.P.	DGE
Pessoas Apoiadas	2.028	14.485	217	364
Produtos de Apoio (Nº)	4.131	17.780	495	532
Orçamento programado (€)	4.493.575,40	7.000.000,00	1.780.000,00	200.000,00
Orçamento Executado (€)	4.493.575,40	5.956.295,18	1.566.271,83	199.664,46
Taxa de Execução (%)	100	85,09	88	99,8

NOTA: Relativamente ao montante total de execução financeira no âmbito da saúde, e segundo informação recebida, o valor de 5.948.874,66 € corresponde ao valor de todos os Produtos de Apoio atribuídos em 2015. Existindo no quadro 2 uma verba de execução global de 5.956.296,18€ (valor pago em 2015) esta corresponde ao somatório dos produtos de apoio atribuídos em 2015 e à faturação de anos anteriores. A diferença entre o valor inscrito no quadro e o valor da execução em 2015, corresponde à faturação de produtos de apoio que não sendo atribuídos no ano em apreço, foram efetivamente pagos no ano de 2015.

Quadro 3 – Evolução da execução do financiamento dos produtos de apoio

ANO	Verba Orçamentada (€)	Verba Executada (DGS, ISS, I.P. DGE e IEFP, I.P.) (€)	Nº de Pessoas Abrangidas	Nº de Produtos de Apoio
2014	11.100.238,26	10.171.129,43	16.429	21.009
2015	13.473.575,40	12.215.807,87	18.104	22.938

Relativamente ao quadro supra, verifica-se um aumento da verba orçamentada em 2015, face a 2014, para o financiamento de produtos de apoio no âmbito do SAPA e conseqüentemente uma verba global executada igualmente superior. Verifica-se ainda que foram em 2015 apoiadas um maior número de pessoas bem como atribuídos um maior número de produtos de apoio às pessoas com deficiência e/ou incapacidade no âmbito do SAPA.

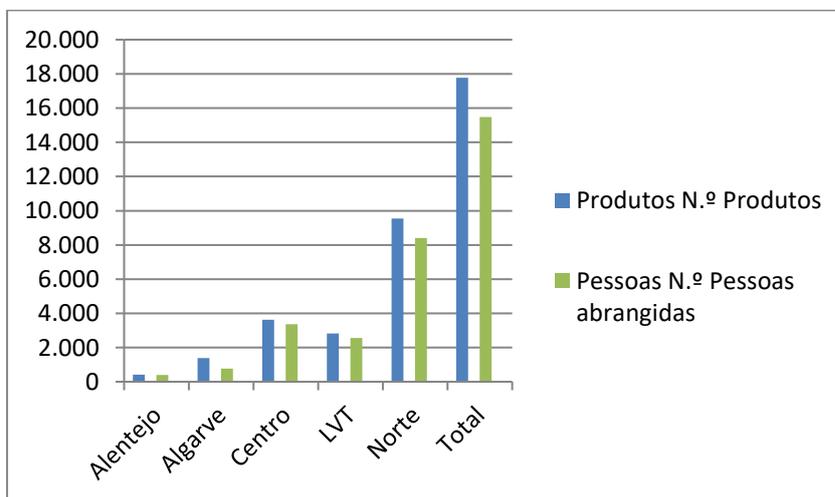
1 - Da análise efetuada foi possível apurar que, em 2015, o financiamento de **17 780** Produtos de Apoio, entregues em hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS), teve distribuição regional apresentada na tabela 1.

Tabela 1. Produtos de Apoio entregues por Administração Regional de Saúde

RESUMO	Produtos		Pessoas	
	N.º Produtos	%	N.º Pessoas abrangidas	%
Alentejo	409	2,30%	398	2,57%
Algarve	1.387	7,80%	764	4,93%
Centro	3.624	20,38%	3.365	21,73%
LVT	2.815	15,83%	2.558	16,52%
Norte	9.545	53,68%	8.400	54,25%
Total	17.780		15.485	

Analisando a distribuição dos beneficiários por ARS, verificamos que a ARS Norte representou 53% do total de beneficiários e as regiões Centro 20,38% e Lisboa e Vale do Tejo 15,83%. Em conjunto, estas três regiões representaram 89% do total de beneficiários (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Produtos de Apoio entregues por Administração Regional de Saúde



Relativamente à distribuição por sexo, e reportando-nos ao total de **17 780** Produtos de Apoio entregues, 9381 (52,76%) foram entregues a utentes do sexo feminino, 8399 (47,23%) a utentes do sexo masculino (Gráfico 2)

Gráfico 2 – Prescrição de Produtos de Apoio por Sexo

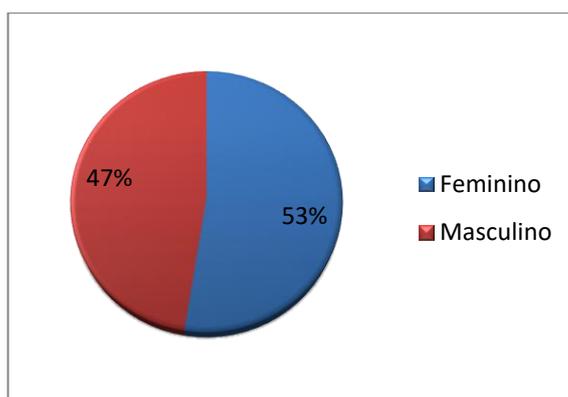


Tabela 2 - Produtos de apoio entregues por faixa etária

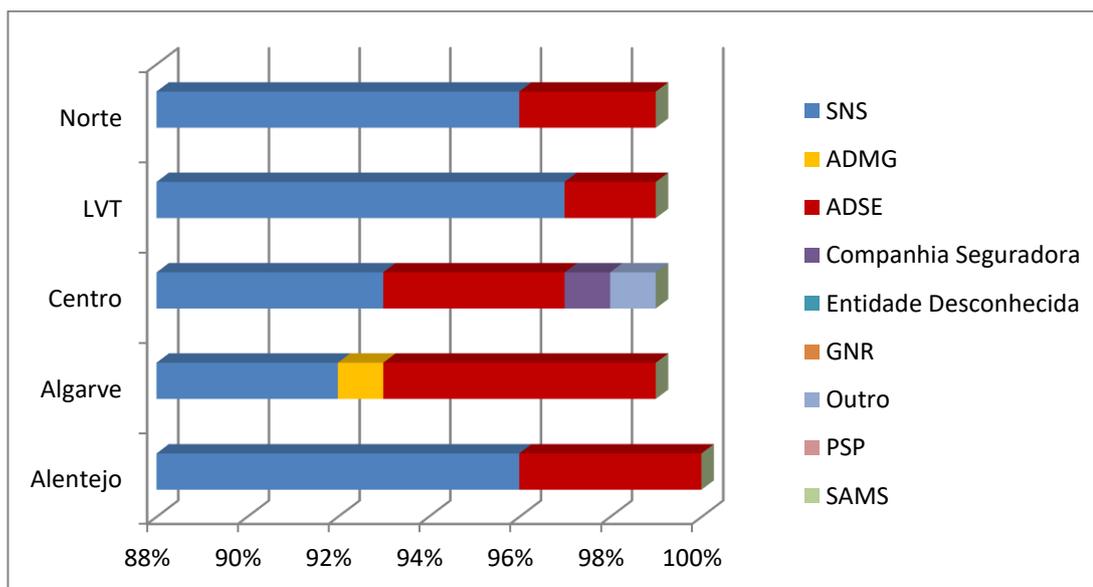
Faixa Etária	N.º beneficiários	%
-18	2.077	13,41%
19-41	1.138	7,35%
42-64	3.586	23,16%
65	2.430	15,69%
Sem info	6.254	40,39%
Total	15.485	100%

Dos **15.485** beneficiários deste sistema, 13% tinham idade igual ou inferior a 18 anos, 7%, com idade entre os 19 e os 41 anos, 23% com idade entre os 42 e os 64 anos e 16% com idade superior a 65 ou mais anos. É salientado o facto de ser desconhecida a idade de 40% dos beneficiários (Tabela 2).

Tabela 3 – Entidades associadas à prescrição, por ARS

	ADMG	ADSE	Companhia Seguradora	Entidade Desconhecida	GNR	Outro	PSP	SAMS	SNS	(em branco)	Total Geral
Alentejo		16			1				392		409
Algarve	8	89	6		1	2	5		1276		1387
Centro	1	162	29	11	1	33	4	1	3381	1	3624
LVT	3	66	6		2	13	6		2719		2815
Norte		280		3	11	46	6	2	9197		9545
Total Geral	12	613	41	14	16	94	21	3	16965	1	17780

Gráfico 3 – Entidades associadas à prescrição, por ARS



Procedendo-se a uma análise sobre as entidades associadas a cada beneficiário, sejam elas o Serviço Nacional de Saúde (SNS), ADSE, Companhia Seguradora, PSP, GNR, e as restantes tipificadas, verifica-se que os dois primeiros são responsáveis, globalmente, por 98% do total de Produtos de Apoio entregues em 2015 (Tabela 3; Gráfico 3).

Tabela 4 – Produtos de Apoio entregues, por categoria ISO e por ARS

Grupo de produto de apoio	Alentejo	Algarve	Centro	LVT	Norte	Total Geral	%
04 - AJUDAS PARA TRATAMENTO CLÍNICO INDIVIDUAL	48	236	338	72	941	1635	9%
05 -AJUDAS PARA TREINO DE CAPACIDADES			13		2	15	0%
06 - ORTÓTESES E PRÓTESES	178	479	2011	1740	2986	7394	42%
09 - AJUDAS PARA CUIDADOS PESSOAIS E DE PROTECÇÃO	4	201	459	136	2419	3219	18%
12- AJUDAS PARA A MOBILIDADE PESSOAL	20	274	432	186	445	1357	8%
15 -AJUDAS PARA CUIDADOS DOMÉSTICOS		36	22	15	650	723	4%
18- MOBILIÁRIO E ADAPTAÇÕES PARA HABITAÇÃO E OUTROS LO	3	114	44	30	18	209	1%
22- PRODUTOS PARA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	155	29	303	635	2074	3196	18%
24- AJUDAS PARA MANEJAMENTO DE PRODUTOS E MERCADORIAS	1	18	2	1	9	31	0%
30- AJUDAS PARA RECREAÇÃO					1	1	0%
Total Geral	409	1387	3624	2815	9545	17780	

Relativamente à categorização dos Produtos de Apoio disponibilizados em 2015, verifica-se que as próteses e ortótese (categoria 06) correspondem a cerca de 42% do total de produtos entregues

no ano de 2015, precedido dos produtos para cuidados pessoais e de proteção (categoria 09) com 19%, e dos produtos para comunicação e informação (categoria 22), com 18%. A distribuição regional, com ligeiras diferenças, segue um padrão relativamente uniforme (Tabela 4).

Importa referir o peso da categoria 06 - Ortóteses e Próteses que, no global, representa 42% do total de produtos entregues, sendo de salientar as ARS do Norte e do Centro, que representam mais de 2/3 das prescrições nesta categoria. Realizando uma análise sobre os produtos entregues, verifica-se que as categorias 06 - ortóteses e próteses, 09 - ajudas para cuidados pessoais e de proteção, 22 - ajudas para comunicação e informação, representaram, em termos de valor, 79% do total de prescrições realizadas durante o ano de 2015.

2 - PRODUTOS DE APOIO POR TIPOLOGIA DE DEFICIÊNCIA

No que se refere à distribuição por tipologia de deficiência (Gráfico 4), e reportando-nos novamente a um total de **17 780** Produtos de Apoio entregues pelos Hospitais do SNS, verifica-se que a maior parte dos Produtos de Apoio foram atribuídos a pessoas com deficiência motora (38%), com deficiência orgânica (33%), com deficiência visual (11%), e com deficiência auditiva 7% (Gráfico 4 e Tabela 5).

Gráfico 4 - Distribuição dos Produtos de Apoio por Tipologia de Deficiência

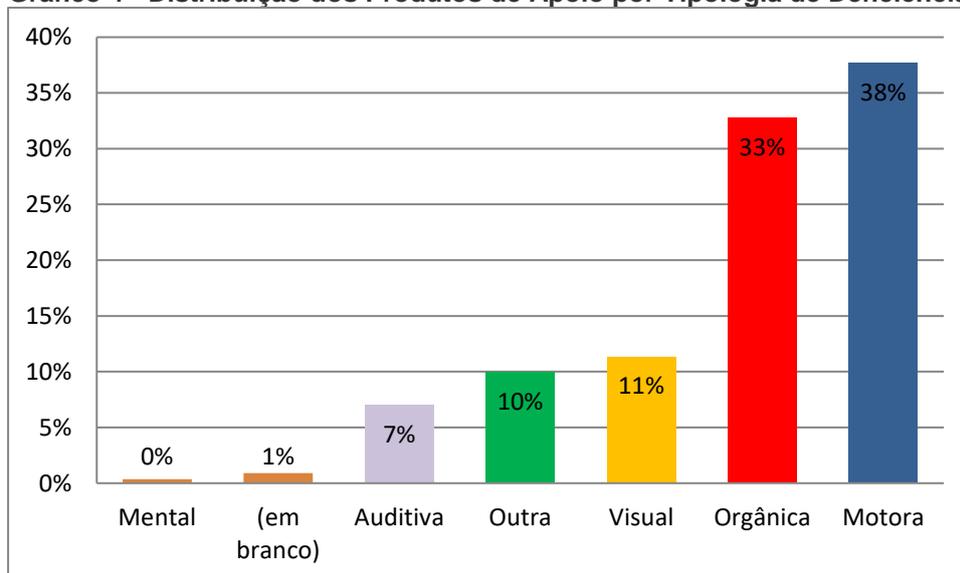


Tabela 5 – Tipos de Deficiências por ARS

Rótulos de Linha	Auditiva	Mental	Motora	Orgânica	Outra	Visual	(em branco)	Total Geral
------------------	----------	--------	--------	----------	-------	--------	-------------	-------------

Alentejo	26	1	145	39	56	140	2	409
Algarve	9	7	1174	171	8	18		1387
Centro	244	38	1956	695	552	69	70	3624
LVT	297	3	1509	275	367	361	3	2815
Norte	666	15	1915	4644	788	1429	88	9545
Total Geral	1242	64	6699	5824	1771	2017	163	17780

3 - DISTRIBUIÇÃO POR ENTIDADES PRESCRITORAS

Em 2015, foram entregues nos Hospitais um total de 17.780 Produtos de Apoio, que abrangeram 15.485 doentes em situação de consulta externa.

A tabela 6, que se segue, reporta a distribuição do número prescrito por entidade prescritora, em cada uma das quatro Administrações Regionais de Saúde existentes:

Tabela 6 – Distribuição do número de Produtos de Apoio por Entidades Prescritoras nas Administrações Regionais de Saúde

Hospitais por ARS	Produtos entregues
Alentejo	409
Hospital do Espírito Santo de Évora, EPE	87
Hospital do Espírito Santo, EPE	64
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	183
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	37
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	38
Algarve	1387
Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul	881
Centro Hospitalar do Algarve, EPE	506
Centro	3624
Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	469
Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE	154
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE - Hospital Infante D. Pedro	44
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	1065
Centro Hospitalar Leiria Pombal, EPE	1060
Centro Hospitalar Tondela Viseu, EPE	357
Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE	36
Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, EPE	292
Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	109

Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	38
LVT	2815
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	95
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE	157
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	939
Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE	120
Centro Hospitalar Lisboa Central, EPE	232
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	356
Hospital Beatriz Ângelo	190
Hospital de Cascais	57
Hospital de Vila Franca de Xira	32
Hospital Distrital de Santarém, EPE	107
Hospital Garcia de Orta, EPE	348
Hospital Prof. Doutor Fernando da Fonseca, EPE	6
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	89
Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, EPE	87
Norte	9545
Centro Hospitalar de São João, EPE	3440
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	326
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia Espinho, EPE	413
Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE	81
Centro Hospitalar do Porto, EPE	1758
Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga, EPE	140
Centro Hospitalar Póvoa do Varzim Vila do Conde, EPE	19
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, EPE	192
Hospital de Braga	503
Hospital Santa Maria Maior, EPE	36
Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, EPE	2133
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	93
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	380
Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE	31
Total Geral	17780

4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA

No que se refere à execução financeira, o montante global de produtos entregues foi de 17 780 produtos relativamente ao total atribuído de 5.956.296,18€, e que representa uma taxa de execução financeira de 85,09%.

Sobre este aspeto é de salientar que as regiões de Norte, Lisboa e Vale do Tejo e Centro foram as que registaram valores mais elevados. A região Norte registou um gasto total superior ao da região de Lisboa, mas foi também a região que prescreveu mais produtos de apoio para um maior

número de pessoas. As regiões do Centro e Lisboa e Vale do Tejo representaram, em 2015, 36% do total de produtos entregues e cerca de 52% dos valores reportados pelas Instituições (Tabela 7).

Tabela 7 – Produtos de Apoio atribuídos e montantes reportados por ARS

ARS	Montante Concedido	%	N.º produtos	%
Alentejo	180.416,35	3%	409	2%
Algarve	467.705,12	8%	1387	8%
Centro	1.805.372,83	30%	3624	20%
LVT	1.292.598,90	22%	2815	16%
Norte	2.202.781,46	37%	9545	54%
Total	5.948.874,66		17780	

5 – EM SÍNTESE

Em síntese, dos **17.780** Produtos de Apoio, disponibilizados pelos hospitais do SNS, **9545** destinaram-se à região do Norte, **3624** à região Centro, **2815** à região Lisboa e Vale do Tejo, **409** à região do Alentejo e **1387** à região do Algarve.

Procedendo-se a uma análise sobre as entidades associadas a cada beneficiário, verifica-se que o SNS e a ADSE representaram 98% do total de Produtos de Apoio disponibilizados em 2015. Relativamente à categorização dos Produtos de Apoio disponibilizados em 2015, de acordo com a tipificação prevista na Lista de produtos de apoio (despacho nº 14278/2014 de 26 de novembro), verifica-se que 4 categorias corresponderam a cerca de 84% do total de produtos entregues no ano de 2015, a saber: 06 – Ortóteses e próteses, 09 – Ajudas para cuidados pessoais e de proteção, 21 – Ajudas para comunicação, informação e sinalização. A distribuição regional, com ligeiras diferenças, segue um padrão relativamente uniforme.

Quanto aos elementos disponibilizados pela DGS, das **15.485** pessoas, foi entregue no total de **17.780** Produtos de Apoio, dos quais 53% foram a utentes do sexo feminino, e 47% a utentes do sexo masculino.

A tipologia de deficiência mais evidenciada foi a deficiência motora (38%), logo seguida da deficiência orgânica (33%).

No que diz respeito às entidades prescritoras, verifica-se que foram os Hospitais/Centros Hospitalares os que mais prescrições realizaram. No tocante à execução financeira, o montante global reportado foi de 5.956.296,18. relativamente ao total concedido de 7.000.000,00€ com uma Taxa de execução de 85,09%.

PARTE IV

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P. (ISS, I.P.)

No que respeita ao número de produtos de apoio prescritos por cidadão com deficiência e/ou incapacidade, atente-se no Quadro 1 onde se sinaliza o número de beneficiários com múltiplos produtos de apoio financiados, situações identificadas em 2015.

A 26 beneficiários do Sistema, num total de 2.028, o ISS, I.P. financiou 6 e 7 produtos de apoio, registando-se situações de 19, 16, 15 e 12 produtos atribuídos a apenas uma pessoa. Naturalmente, este padrão de prescrição estará associado a quadros de compromisso funcional/estrutural severo ou muito severo, no entanto, enquanto serviço financiador o ISS, I.P. não pode deixar de refletir na importância da disciplina da prescrição e financiamento de produtos de apoio estritamente necessários à melhoria da funcionalidade e participação da pessoa com deficiência e incapacidade tendo em conta os princípios da razoabilidade e da boa gestão dos dinheiros públicos, não descurando que em algumas situações se podem criar assimetrias entre aqueles que têm acesso a mais do que o razoável e outros que, por constrangimento orçamental, têm que continuar a aguardar o financiamento de produtos de apoio indispensáveis à sua qualidade de vida e garante do direito de participação social.

Quadro 1 - Número de beneficiários com múltiplos Produtos de Apoio financiados (N.º)

N.º de PA	Total Benefs.
6	26
7	26
8	20
9	14
10	6
11	6
12	1
15	1
16	1
19	1
	2.028

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDSP.

1. UNIFORMIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DO ISS, I.P.

A Segurança Social veio assumindo, desde o início deste Sistema, um papel destacado, quer enquanto regulador, inicialmente com a Direção Geral da Segurança Social e posteriormente com o Instituto da Segurança Social, I.P., quer do ponto de vista operacional, ao garantir a atribuição de ajudas técnicas/produtos de apoio, prescritas pelos Centros de Saúde e pelos Centros Especializados, através dos seus Serviços Locais.

Em 01.03.2013, por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, I.P., foi aprovado o primeiro instrumento interno sistematizador de práticas de financiamento de produtos de apoio, o “Manual de Procedimentos para o Financiamento de Produtos de Apoio”.

Este Manual foi revisto e enriquecido por questões colocadas e contributos remetidos pelas/os técnicas/os dos territórios, sendo a sua revisão aprovada em 26.03.2014, por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, I.P.

O Manual revisto foi divulgado a todos os Centros Distritais pelo Boletim informativo Semanal DDSP nº 11, de 31 Março 2014, entrando imediatamente em vigor, sendo simultaneamente divulgado no portal da Segurança Social.

O Manual de Procedimentos, legitimado pelo n.º 21 do Despacho n.º5212/2014, de 11 de abril, veio clarificar a missão e os conceitos enquadradores do Sistema em vigor no ISS, I.P., definir as normas pelas quais se deve nortear o processo de atribuição/financiamento dos produtos de apoio, nomeadamente, requisitos e condições de acesso, especificar as regras de instrução e apreciação das candidaturas e enunciar as matérias relativas ao acompanhamento e monitorização deste Sistema.

Decorridos quase dois anos após a sua publicação, urge proceder a nova revisão daquele documento técnico de trabalho, introduzindo as alterações decorrentes quer da legislação, bem como as novas orientações no âmbito da BDR SAPA e também compilando os esclarecimentos entretanto prestados no âmbito da relação entre DDSP/UIS e Centros Distritais/UDPS.

2. REDE DE CENTROS PRESCRITORES ESPECIALIZADOS DO ISS, I.P.

Dando cumprimento ao art.º 7 do Decreto -Lei n.º 93/2009, de 16 de abril, e ao n.º 12 do Despacho n.º 5128/2013, de 16 abril, o ISS, I.P. em 2013 constitui a sua rede de Centros Prescritores.

A Rede de Centros Prescritores de Produtos de Apoio aprovada para o ano 2013 pela Deliberação n.º 82/13, de 07/05/2013, possuía 35 Centros Prescritores. Com a Deliberação n.º 176/14, de 02/10/2014, (disponível em http://www4.seg-social.pt/documents/10152/216206/Deliberacao_176_2014) a Rede de Centros Prescritores de Produtos de Apoio foi alargada a mais dois Centros Prescritores, passando assim a integrar 37 Centros Prescritores, a saber:

ACAPO – Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (delegações de Braga, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Leiria, Lisboa, Porto, Vila Real, Viana do Castelo e Viseu)

APAC – Associação de Pais e Amigos de Crianças - Centro Especializado Dr. Sebastião Matos

APCB – Associação de Paralisia Cerebral de Braga

APCC – Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra

APCC – Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral de Coimbra

APCE – Associação de Paralisia Cerebral de Évora

APPC – Associação de Paralisia Cerebral de Faro

APCE – Associação do Porto de Paralisia Cerebral

APVCV – Associação de Paralisia Cerebral de Viana do Castelo

APCG – Associação de Paralisia Cerebral de Guimarães

APCL – Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa

APCVR – Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real

APCV – Associação de Paralisia Cerebral de Viseu

ARCIL – Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã

Casa Pia de Lisboa – Centro de Educação e Desenvolvimento Jacob Rodrigues Pereira

Centro de Apoio a Deficientes João Paulo II

CERCICOA – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas e Solidariedade Social dos Concelhos de Castro Verde, Ourique e Almodôvar.

CPCB – Centro de Paralisia Cerebral de Beja

CRPCP – Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral do Porto

CRPG – Centro de Reabilitação Profissional de Gaia

Fundação Liga

Instituto S. João de Deus – Hospital S. João de Deus

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian

Santa Casa da Misericórdia do Porto – Hospital da Prelada Dr. Domingos Braga da Cruz

Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde – Clínica de Medicina Física e Reabilitação da Vila do Conde

Santa Casa da Misericórdia do Porto – Centro de Reabilitação do Norte (CRN)

Centro de Reabilitação e Integração de Deficientes (CRID)

Pese embora o empenho na sua construção, a Rede de Centros Prescritores do ISS, I.P. caracteriza-se por uma fraca cobertura, não tendo alguns dos distritos um único Centro Prescritor sediado, como são os casos de Aveiro, Bragança, Guarda, Santarém, Portalegre e Setúbal. Sendo que, em alguns dos distritos que só possuem um Centro Prescritor, este não possui capacidade de resposta para as necessidades mais comuns dos cidadãos com deficiências e/ou incapacidades.

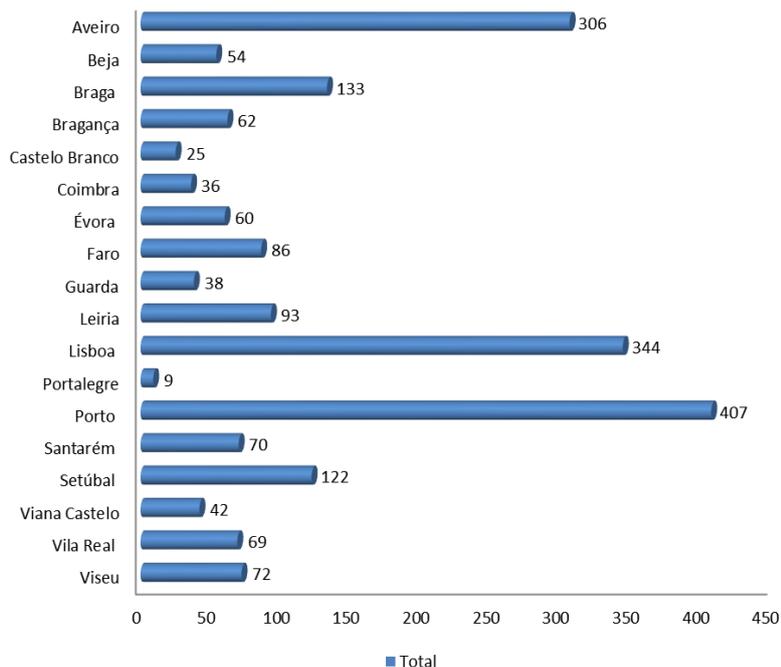
A Rede continua a apresentar, igualmente, fragilidades no que respeita às deficiências sensoriais. Presumivelmente esta fragilidade está relacionada com as especificidades das intervenções que exigem equipas, matérias e equipamentos especializados que claramente só se encontram em respostas especializadas de saúde. Deste modo, tendencialmente as necessidades identificadas, foram encaminhadas, naturalmente, para os serviços de saúde.

3- EXECUÇÃO 2015

3.1- CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

No ano de 2015 foram apoiadas pelos Centros Distritais no âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio um total de 2.028 pessoas com deficiência e/ou incapacidade, com a seguinte afetação por distrito:

Gráfico n.º 1 – Distribuição do número de beneficiários, por Centro Distrital do ISS, I.P. (N.º)

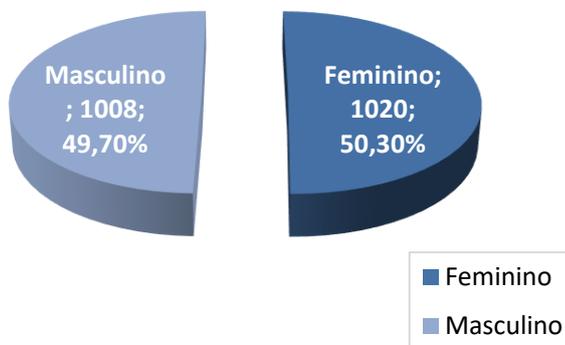


N = 2.028

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDSP.

Os Centros Distritais do Porto e de Lisboa foram aqueles que apoiaram mais beneficiários para aquisição de produtos de apoio. O Centro Distrital do Porto atribuiu produtos de apoio a 407 pessoas com deficiências e/ou incapacidades, o Centro Distrital de Lisboa (incluindo aqueles produtos de apoio concedidos pela SCML) apoiou 344 pessoas. Aveiro atribuiu ajudas técnicas a 306 pessoas, valor muito próximo do valor de Lisboa e muito superior ao registado no ano anterior (179). O Centro Distrital que menos beneficiários apoiou foi Portalegre, situação análoga ao ano anterior tendo abrangido apenas 9 cidadãos, menos 3 do que o registado em 2014.

Gráfico n.º 2 – Distribuição do número de beneficiários por sexo (N.º e %)

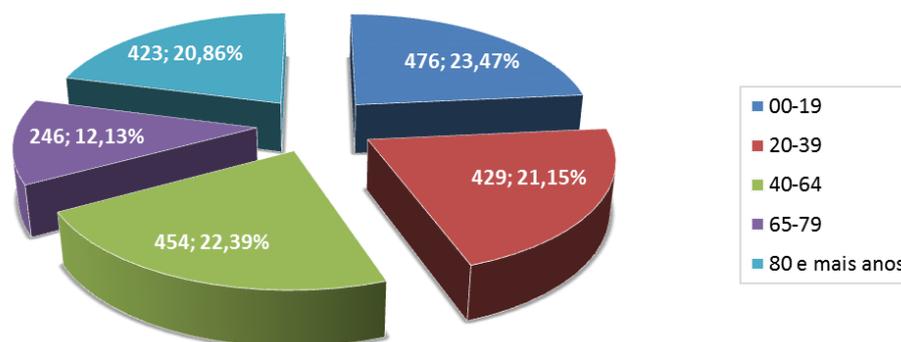


N = 2.028

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDSP

No que se refere à distribuição dos beneficiários apoiados, por sexo, verifica-se uma distribuição equiparada, com uma ligeira preponderância nacional do sexo feminino (50,30% mulheres e 49,70% homens).

Gráfico n.º 3 – Distribuição do n.º de beneficiários por escalão etário (N.º e %)



N = 2.028

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDSP.

Da análise do gráfico anterior, onde se sistematiza a informação relativa aos destinatários dos produtos de apoio por escalão etário com base nas etapas de vida: podemos verificar que o escalão que agrega infância e juventude (0-19) se constitui como o grupo com mais beneficiários, 476, seguido do escalão dos adultos (40-64), com 454 beneficiários. Logo a seguir o grupo mais apoiado é o dos jovens adultos (20-39), com 429 beneficiários.

O grupo dos 80 e mais anos constitui-se como o quarto grupo mais apoiado, com 423 beneficiários, seguido no quinto lugar o escalão dos 65-79 anos, no qual foram apoiados 246 cidadãos com deficiência e/ou incapacidade.

Quadro 2 - Distribuição do n.º de beneficiários por escalão etário, por Centro Distrital do ISS, I.P (N.º)

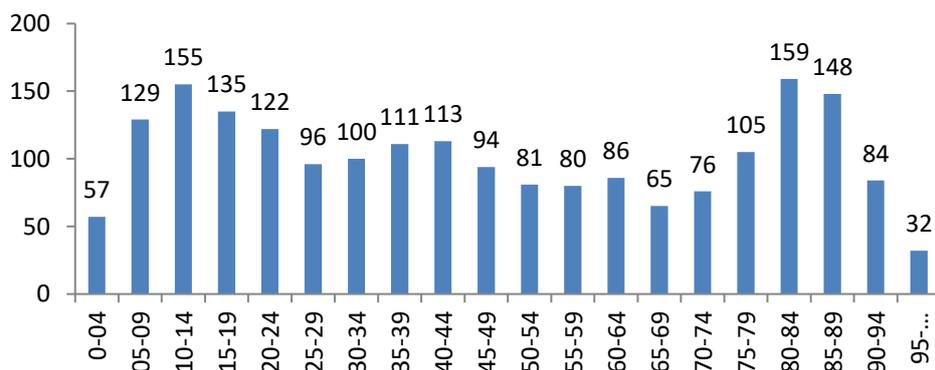
Centro Distrital	00-19	20-39	40-64	65-79	80 e mais anos	Total
Aveiro	57	58	56	48	87	306
Beja	3	14	15	6	16	54
Braga	44	14	25	17	33	133
Bragança	2	5	8	7	40	62
Castelo Branco	12	4	8	1		25
Coimbra	10	15	9		2	36
Évora	12	10	13	9	16	60
Faro	24	21	14	12	15	86
Guarda	9	9	8	2	10	38
Leiria	10	11	17	21	34	93
Lisboa	96	78	86	35	49	344
Portalegre	2	2	1	2	2	9
Porto	105	91	110	46	55	407
Santarém	17	13	13	7	20	70
Setúbal	27	29	40	16	10	122
Viana Castelo	13	14	3	3	9	42
Vila Real	10	24	11	9	15	69
Viseu	23	17	17	5	10	72
Total Geral	476	429	454	246	423	2028

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDSP.

Os Centros Distritais do Porto, de Lisboa e de Aveiro foram aqueles que apoiaram mais beneficiários em todos os escalões etários considerados no Quadro anterior.

Em contrapartida, Coimbra não apoiou qualquer cidadão no escalão etário 65-79 anos, tendo apenas apoiado dois cidadãos no escalão etário 80 e mais anos. Inversamente, Castelo Branco regista apenas um beneficiário no escalão 65-79 anos e nenhum no escalão etário 80 e mais anos.

Gráfico n.º 4 – Distribuição do n.º de beneficiários por grupo etário (N.º)



N = 2.028

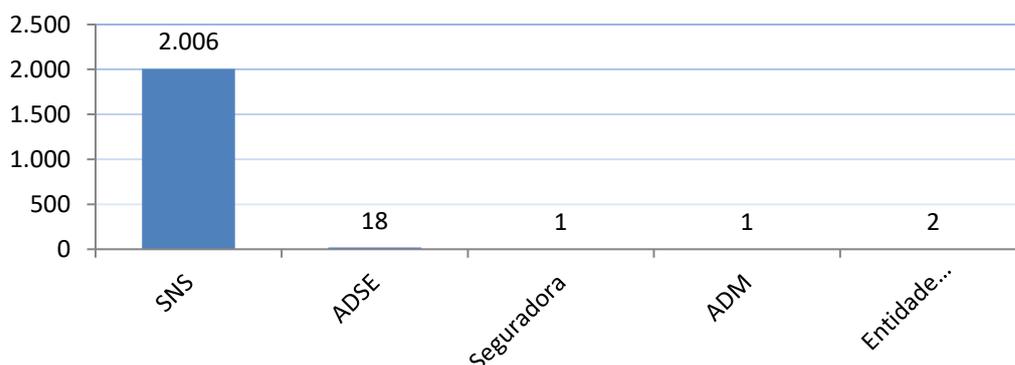
Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDSP.

Numa leitura mais fina da distribuição etária, por grupos com 4 anos de intervalo, os grupos etários mais apoiados foram o dos 80-84, com 159 idosos apoiados, e o dos 10-14 com 155 jovens apoiados, seguido em terceiro lugar pelo grupo dos 85-89 anos, com 148 idosos apoiados.

Identificam-se no gráfico anterior, alguns picos que se revestem de interesse, nomeadamente a soma dos grupos entre os 20-24 anos e o dos 60-64 anos (total de 883 beneficiários), que integram a idade expectavelmente produtiva e que poderiam ter sido, em teoria, apoiados pelo IEFP, IP. Se tal não aconteceu certamente encontram-se fora dos mercados de formação e emprego.

Como pode verificar-se no gráfico seguinte, a larga maioria das pessoas com deficiência e/ou incapacidade apoiadas na aquisição de produtos de apoio pelo ISS, IP são utentes do SNS. Os beneficiários de subsistemas de saúde apresentam valores residuais.

Gráfico n.º 5 – Distribuição do n.º de beneficiários por sistema e subsistemas de saúde (N. e %)



N = 2.028

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDSP.

A propósito desta matéria, o Despacho n.º 7225/2015, de 19 de junho, publicado no Diário da República, 2ª Série, de 1 de julho, refere no n.º 1 do art.º 6.º que a comparticipação dos produtos de apoio é de 100% do seu custo. No ponto 3 do mesmo artigo, refere que quando o produto de apoio conste nas tabelas de reembolsos de subsistema da saúde ou ainda quando é participado por empresa de seguros, a comparticipação devida pelo SAPA corresponde ao montante da diferença entre o custo do produto de apoio e o valor suportado pelas entidades referidas. Refere-se que, em 2015, o valor participado por subsistemas de saúde ascendeu a 44.449,19 euros, representado cerca de 0,99% do valor do orçamento anual para esta rubrica.

3.1.1. TIPO DE DEFICIÊNCIA / TIPO DE ALTERAÇÃO DA FUNÇÃO / ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA

Para a caracterização dos beneficiários por deficiência importa mencionar que durante o ano de 2015, tal como em 2014, vigoraram duas fichas de prescrição o que condicionou a existência de dois mapas síntese das Ajudas Técnicas financiadas, o que decorreu do facto de, em 2015, terem sido financiados produtos de apoio solicitados em 2014, uma vez que não foi possível financiá-los no próprio ano por falta de dotação orçamental.

O primeiro mapa síntese, que constitui o Anexo II do Despacho n.º 5128/2013, de 16 de abril, identifica 6 tipos de deficiência, a saber:

1-motora, 2-visual, 3-auditiva, 4-mental, 5-orgânica e 6-outra. Esta classificação - porque redutora ao não contemplar quadros de multideficiência que teriam de ser agregados no grupo inespecífico “outra” (o que não traria grande valor informativo, na medida em que este grupo se tornaria o maior grupo abrangido) -, levou a que fosse, desde há alguns anos, assumido pelo ISS, IP na sistematização apresentada, um sétimo grupo para agregar as pessoas com mais do que uma deficiência.

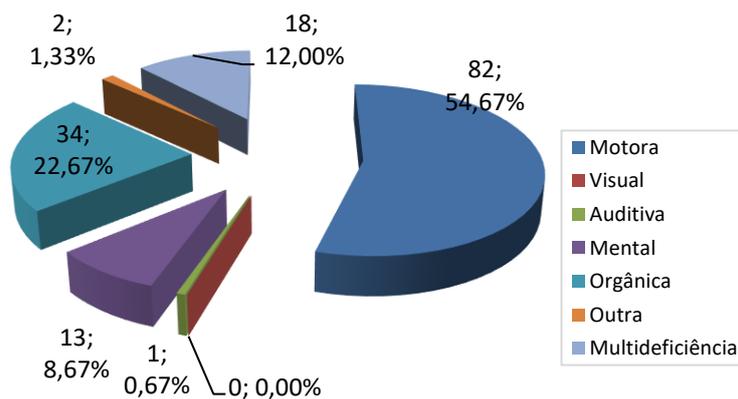
O segundo mapa síntese, que constitui o Anexo II do Despacho n.º 5212/2014, de 11 de abril, adota, à semelhança do que acontece com a ficha de prescrição, o modelo CIF – Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - para a caracterização da deficiência e incapacidade do cidadão.

Assim, neste segundo mapa, foi substituída a coluna “tipo de deficiência” por duas colunas referentes a “alterações de função (4)” e “alterações de estrutura (5)”.

Com vista a obterem-se dados mais apurados, o ISS, IP optou, em 2015, por incluir não apenas duas mas 8 colunas (“alterações da função”: 4 e “alterações da estrutura”: 4), no ficheiro *excel* construído com base no Modelo legalmente aprovado, para recolha de informação pelos Centros Distritais, relativamente a 2015.

Deste modo, para o financiamento de produtos de apoio que tiveram por base a ficha de prescrição anterior, foi utilizado o primeiro mapa, para as prescrições com emissão posterior àquela data foi utilizado o segundo mapa, com as referidas alterações.

Gráfico n.º 6 – Distribuição do número de beneficiários por tipo de deficiência (N.º e %)



N = Universo de 150 beneficiários com classificação anterior

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDSP.

A tipologia de deficiência e incapacidade mais frequente entre os beneficiários apoiados é, claramente, a deficiência motora (82), seguindo-se a deficiência orgânica (34) a multideficiência (18) e a deficiência mental (13). A deficiência auditiva apresenta apenas 1 registo e a visual nenhum. O grupo incaracterístico “outra”, apresenta dois registos.

Gráfico n.º 7 – Distribuição do número de beneficiários por alteração da função (N.º)



N = 2.589

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDSP.

A classificação CIF tem por objetivo descrever situações relacionadas com a funcionalidade do ser humano e as restrições que enfrenta num determinado contexto.

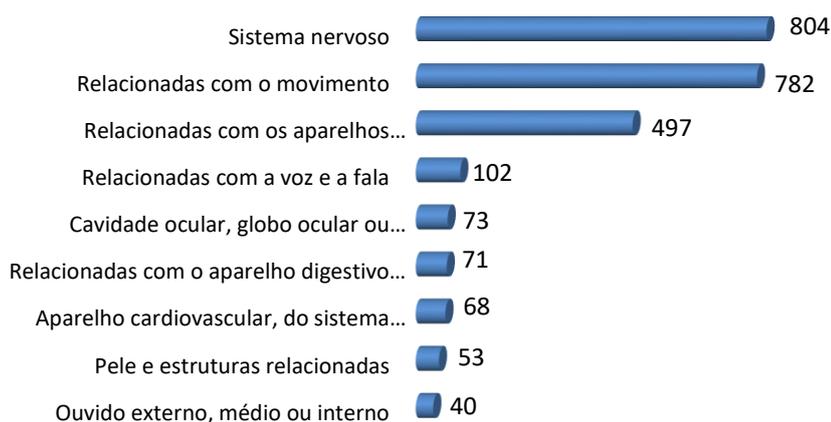
Pela linguagem e conceitos que introduz não classifica as pessoas, tal como ocorria no modelo anteriormente adotado, mas caracteriza-se a funcionalidade e a incapacidade, associadas a alterações das funções e/ou estruturas, o que resulta da interação entre a pessoa com deficiência e as condições do meio.

As funções do corpo são as funções fisiológicas dos sistemas orgânicos (incluindo as funções mentais) na CIF organizam-se em 8 domínios, mas nos mapas aprovados são identificados 10 domínios: funções mentais; funções da visão e funções relacionadas; funções auditivas e vestibulares; outras sensoriais e da dor; funções da voz e da fala; funções do aparelho cardiovascular, respiratório e sistema hematológico e imunológico; funções do aparelho digestivo e dos sistemas metabólico e endócrino; funções geniturinárias e reprodutivas; funções neuromusculoesqueléticas e relacionadas com o movimento e funções da pele e estruturas relacionadas.

Como referido anteriormente, considerando que os cidadãos poderão apresentar uma ou várias alterações de função e de estrutura simultaneamente, com o mapa aplicado pelo ISS, IP em 2015, foi possível a obtenção de informação mais detalhada acerca dos beneficiários.

Deste modo, dos 2.028 cidadãos apoiados em 2015, verificaram-se alterações de funções no total de 2.589: 962 apresentam alterações das funções neuromusculoesqueléticas e relacionadas com o movimento, 530 apresentam compromissos nas funções geniturinárias e reprodutivas e 510 compromissos ao nível das funções mentais; esta situação mantém a mesma proporção dos valores registados no ano de 2014.

Gráfico n.º 8 – Distribuição do número de beneficiários por alteração da estrutura (N.º)



N = 2.499

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDSP.

As estruturas do corpo são as partes anatómicas, tais como órgãos, membros e seus componentes, na CIF organiza-se em 8 domínios, nos mapas aprovados são apresentadas 10 domínios: estruturas do sistema nervoso; estruturas da cavidade ocular, globo ocular ou anexas ao olho; estruturas do ouvido externo, médio ou interno; outras estruturas do olho e do ouvido; estruturas relacionadas com a voz e fala; estruturas do aparelho cardiovascular, do sistema imunológico e do aparelho respiratório; estruturas relacionadas com o aparelho digestivo e com os sistemas metabólicos e endócrino; estruturas relacionadas com os aparelhos geniturinário e reprodutivo; estruturas relacionadas com o movimento e pele e estruturas relacionadas.

Do total das alterações das estruturas registadas (2.499), as que apresentam maior n.º de registos são as alterações do sistema nervoso (804), as relacionadas com o movimento (782), as relacionadas com os aparelhos geniturinário e reprodutivo (497) e as relacionadas com a voz e a fala (102).

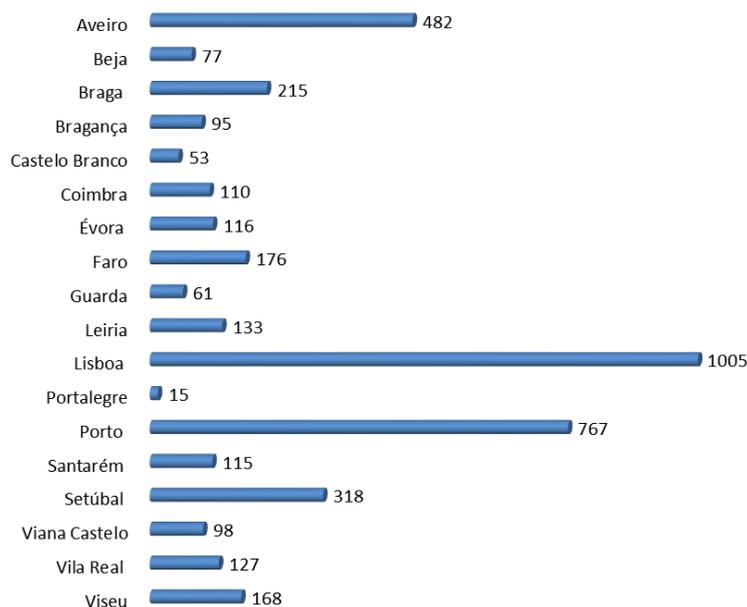
3.2 - CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE APOIO

Os produtos de apoio financiados em 2015 integram o Anexo I do Despacho n.º 16313/2012, de 21 de dezembro e a partir de 2 de dezembro de 2014 os prescritos ao abrigo do Despacho n.º 14278/2014, de 26 de novembro.

Os produtos de apoio que constam da lista homologada são prescritos por ato médico, ou por equipa multidisciplinar, em consulta externa. No âmbito do ISS, I.P., as prescrições podem ser provenientes do Sistema de Nacional Saúde, através dos seus Centros de Saúde, ou de Centros Especializados que integram as Deliberações n.º 82/13, de 07/05/2013 e n.º 176/14, de 02/10/2014, do CD do ISS, IP.

Do apuramento realizado pelos Centros Distritais e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) identificamos que, em 2015, foram atribuídos 4.131 produtos de apoio.

Gráfico n.º 9 – Distribuição do número de produtos de apoio financiados, por Centro Distrital do ISS, I.P. (N.º)



N= 4.131

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDSP.

Os Centros Distritais de Lisboa e Porto destacaram-se, como expectável, pelo número de produtos atribuídos, 1.005 por Lisboa, incluindo os atribuídos pela SCML (299), e 767 pelo Porto.

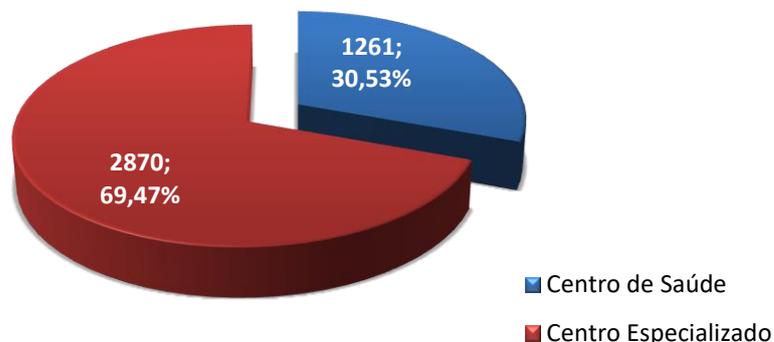
Aveiro mantém o terceiro lugar, como o Centro Distrital com elevado número de produtos de apoio financiados, 482, seguido pelos Centros Distritais de Setúbal, com 318, Braga, com 215, Faro, com 176 e Setúbal com Viseu com 168.

As execuções mais baixas registaram-se nos Centros Distritais de Portalegre, 15, Castelo Branco, 53, e Guarda, 61.

Dos produtos de apoio financiados pelo ISS, IP, cerca de 69% resultaram de prescrições provenientes de Centros Prescritores e 31% de Centros de Saúde. Estes dados demonstram uma inversão na tendência verificada até 2013 quando a prescrição era maioritariamente proveniente dos Centros de Saúde, o que decorre indubitavelmente das alterações introduzidas pela lista homologada anexa ao Despacho n.º 16313/2012, de 21 de dezembro, que diminuiu, razoavelmente, o número de produtos de apoio que podem ser prescritos pelos médicos daquelas Unidades de Saúde.

Gráfico n.º 10 – Distribuição do número de produtos de apoio por entidade prescritora

(N.º e %)

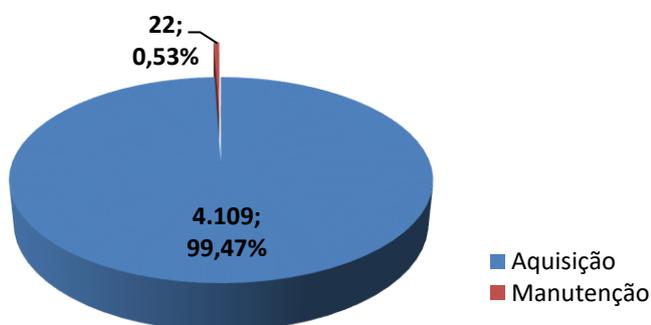


N= 4.131

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDSP.

Como pode verificar-se no gráfico abaixo, no âmbito dos processos de solicitação de produtos apresentados em 2015, a quase totalidade foi relativa a pedidos para aquisição de novos produtos de apoio, cerca de 99%, sendo a solicitação de produtos com o objetivo de manutenção de equipamentos pré-existentis absolutamente residual, apenas 22 produtos de apoio, num universo de 4.131. De relevar que se enquadram no âmbito da manutenção dos produtos de apoio os custos decorrentes com a adaptação e reparação, bem como o financiamento de pilhas e baterias necessárias ao funcionamento de alguns produtos, desde que prescritos nos mesmos moldes que para a aquisição.

Gráfico n.º 11 – Distribuição do número de produtos de apoio por finalidade (N.º e %)



N= 4.131

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDSP.

A classificação ISO 9999:2007 é constituída por três níveis hierárquicos e os códigos de cada um consistem em três pares de dígitos. Organiza-se por Classes, Subclasses e Divisões, identificadas através de um código numérico, correspondendo os dois primeiros dígitos à Classe, os dois subsequentes à Subclasse e os dois últimos à Divisão.

As Classes são 11 e estão distribuídas da seguinte forma:

- Classe 04: Produtos de apoio para tratamento clínico individual;
- Classe 05: Produtos de apoio para treino de competências;
- Classe 06: Ortóteses e próteses;
- Classe 09: Produtos de apoio para cuidados pessoais e proteção;
- Classe 12: Produtos de apoio para mobilidade pessoal;
- Classe 15: Produtos de apoio para atividades domésticas;
- Classe 18: Mobiliário e adaptações para habitação e outros edifícios;
- Classe 22: Produtos de apoio para comunicação e informação;
- Classe 24: Produtos de apoio para Manuseamento de objetos e dispositivos;
- Classe 27: Produtos de apoio para melhoria do ambiente, máquinas e ferramentas;
- Classe 30: Produtos de apoio para atividades recreativas.

Nas listas homologadas, anexas ao Despacho n.º 16313/2012, de 21 de dezembro, e ao Despacho n.º 14278/2014, de 26 de novembro, não existe nenhum ISO que se integre na Classe 27. A Classe 30 é exclusivamente financiada pelo IEPF, I.P.

Nos quadros que se seguem será possível verificar a execução física dos produtos de apoio financiados, em 2015, por Classe ISO e por Centro Distrital.

Gráfico n.º 12 – Distribuição dos produtos de apoio, por Classe ISO (N.º)



N= 4.131

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDSP.

No gráfico anterior podemos verificar que, ao nível nacional, ocorreu uma grande diversidade na atribuição e financiamento de produtos de apoio. As maiores concentrações por Classe verificaram-se na Classe 12: Produtos de apoio para mobilidade pessoal, com 1.709 produtos financiados, e na Classe 09: Produtos de apoio para cuidados pessoais e proteção, com 1.462 produtos financiados.

As Classes 4: Produtos de apoio para tratamento clínico individual, 22: Produtos de apoio para comunicação e informação, 18: Mobiliário e adaptações para habitação e outros edifícios e 6: Ortóteses e próteses, com 364, 201, 192 e 178 produtos de apoio, respetivamente, registaram valores intermédios.

As Classes de menor expressão foram a Classe 05: Produtos de apoio para treino de competências, a Classe 24: Produtos para manuseamento de objetos e dispositivos, Classe 15: Produtos de apoio para atividades domésticas e 30: Produtos de apoio para atividades recreativas (esta Classe já não consta na Lista Homologada de 2014, porém constava na de 2012, pelo que se presume tratar-se de um processo mais antigo).

Verificamos assim, à semelhança de anos anteriores, a manutenção do investimento do ISS, IP, no grupo dos produtos de apoio para mobilidade pessoal que integram produtos de apoio para a marcha como: carros e suas adaptações, cadeiras de rodas e seus acessórios, produtos de apoio para transferência e mudança de posição e para elevação e orientação (Classe 12), bem como nos produtos dirigidos à higiene e cuidados pessoais que integram: produtos de apoio para vestir e despir, para proteção do corpo, traqueostomia, ostomia e incontinência (Classe 09).

Quadro 4 - Distribuição dos produtos de apoio, por Classe ISO, por Centro Distrital do ISS, I.P. (N.º)

Distrito	04	05	06	09	12	15	18	22	24	30	Total
Aveiro	26	1	18	268	132	1	18	18			482
Beja	7		4	50	15		1				77
Braga	16		7	91	73	1	7	20			215
Bragança	7		1	69	17		1				95
Castelo Branco	6		4	2	26		3	12			53
Coimbra	15		6	8	72		6	3			110
Évora	15		3	40	39		11	8			116
Faro	20			72	77		4	3			176
Guarda	5		3	26	17		10				61
Leiria	5	1	6	65	18		6	31		1	133
Lisboa	94	4	60	234	545	1	19	43	5		1005
Portalegre	1			2	8		2	2			15
Porto	61	1	39	268	330	2	39	26	1		767
Santarém	14	1	4	44	37	1	12	2			115
Setúbal	22	1	10	101	147		15	21	1		318
Viana Castelo	12		4	10	39	1	25	6	1		98
Vila Real	14		4	38	54		12	5			127
Viseu	24		5	74	63		1	1			168
Total	364	9	178	1.462	1.709	7	192	201	8	1	4.131

N= 4.131

Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais o DDSP.

Se nos centrarmos nas duas Classes de maior execução, 12 e 09 podemos verificar, no quadro abaixo, o seu peso percentual relativamente ao total de produtos financiados por Centro Distrital.

Quadro 5 - Distribuição dos produtos de apoio, por Classe ISO 09 e 12, por Centros Distritais do ISS, I.P. (%)

Distrito	09	12	Total (9 + 12)
Aveiro	55,60	27,39	82,99
Beja	64,94	19,48	84,42
Braga	42,33	33,95	76,28
Bragança	72,63	17,89	90,53
Castelo Branco	3,77	49,06	52,83
Coimbra	7,27	65,45	72,73
Évora	34,48	33,62	68,10
Faro	40,91	43,75	84,66
Guarda	42,62	27,87	70,49
Leiria	48,87	13,53	62,41
Lisboa	23,28	54,23	77,51
Portalegre	13,33	53,33	66,67
Porto	34,94	43,02	77,97
Santarém	38,26	32,17	70,43
Setúbal	31,76	46,23	77,99
Viana Castelo	10,20	39,80	50,00
Vila Real	29,92	42,52	72,44
Viseu	44,05	37,50	81,55
Total	35,39	41,37	76,76

Em Coimbra, Lisboa e Portalegre afirma-se o peso relativo dos produtos que integram a Classe 12, com execuções superiores a 50%.

No que respeita à Classe 9, que integra o produto com a classificação ISO 09 30 34 – “produtos de apoio usados no corpo para absorção de urina e fezes” (fraldas), é interessante ver a variação distrital do financiamento a esta Classe, que assume um peso muito elevado nos distritos de Bragança, 73%, Beja 65% e Aveiro 56%. Apresentando, por outro lado, uma execução meramente residual em Castelo Branco, 4%, e Coimbra, com 7%.

Gráfico n.º 13 – Distribuição dos produtos de apoio, por Classe ISO, Execução Financeira (€)



Fonte: Mapas Síntese dos produtos de apoio financiados, remetidos pelos Centros Distritais ao DDSP

No gráfico acima podemos apreciar a distribuição da execução financeira por Classes ISO com maior expressão.

A Classe que apresentou maior execução financeira foi a Classe 12 (2.760.180,74€), (que coincide com a maior execução física, 1.709), o que atesta o custo elevado dos produtos para ajudas à mobilidade pessoal onde se integram as cadeiras de rodas e seus acessórios e as adaptações automóveis. A Classe 09, aquela que registou o segundo número de produtos de apoio financiados (1.462), mas que apresenta uma execução muito inferior à verificada na Classe 12, com uma execução de 495.853,37€. A Classe 18 apresenta a segunda maior execução financeira, 410.692,53€, com uma execução física de 192 Produtos de Apoio do que resulta um valor médio por Produto de Apoio de cerca de 2.139€.

3.3 - EXECUÇÃO FINANCEIRA

De acordo com os elementos facultados pelo Núcleo de Gestão Orçamental, do Departamento de Gestão e Controlo Financeiro (DGCF), o orçamento programado para a despesa a efetuar no ano 2015, na rubrica económica das Ajudas Técnicas/Produtos de Apoio, foi de 4.493.575,40€, com a distribuição plasmada no quadro abaixo.

Quadro n.º 6 – Dotação, valor executado e taxa de execução, por Centro Distrital do ISS, I.P. (€ e %)

Centros Distritais	Dotação	Executado em 2015 - DGCF	Taxa de Execução 2015
Aveiro	426.928,12 €	426.928,12 €	100%
Beja	61.606,21 €	61.606,21 €	100%
Braga	285.292,33 €	285.292,33 €	100%
Bragança	40.651,43 €	40.651,43 €	100%
Castelo Branco	78.162,53 €	78.162,53 €	100%
Coimbra	143.697,40 €	143.697,40 €	100%
Évora	106.623,38 €	106.623,38 €	100%
Faro	186.270,54 €	186.270,54 €	100%
Guarda	69.943,73 €	69.943,73 €	100%
Leiria	93.878,15 €	93.878,15 €	100%
Lisboa	922.065,76 €	922.065,76 €	100%
Portalegre	18.198,90 €	18.198,90 €	100%
Porto	1.118.256,10 €	1.118.256,10 €	100%
Santarém	111.357,67 €	111.357,67 €	100%
Setúbal	291.016,60 €	291.016,60 €	100%
Viana Castelo	128.112,00 €	128.112,00 €	100%
Vila Real	187.871,76 €	187.871,76 €	100%
Viseu	223.642,79 €	223.642,79 €	100%
Total	4.493.575,40 €	4.493.575,40 €	100%

Fonte: DDSP e Núcleo de Gestão Orçamental, do Departamento de Gestão e Controlo Financeiro (DGCF) do ISS, I.P

Como pode verificar-se em 2015 a execução foi de 100% o que resultou do elevado n.º de solicitações por parte dos beneficiários, o que se reflete no n.º de pedidos de financiamento que ficaram por apoiar (2.296, no valor estimado de 2.819.678,77€).

3.4 - SÍNTESE CONCLUSIVA

No âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio e de acordo com a análise dos mapas síntese enviados pelos 18 Centros Distritais, tendo em conta as ações desenvolvidas neste âmbito durante o ano de 2015, foi possível sintetizar os seguintes indicadores:

Quadro n.º 7 – Principais Indicadores (N.º e %)

Pessoas Apoiadas (N.º)		2.028
Sexo (N.º)	Masculino	1.008
	Feminino	1.020
Distribuição por Faixas Etárias	0-04	57
	05-09	129
	10-14	155
	15-19	135
	20-24	122
	25-29	96
	30-34	100
	35-39	111
	40-44	113
	45-49	94
	50-54	81
	55-59	80
	60-64	86
	65-69	65
	70-74	76
	75-79	105
	80-84	159
	85-89	148
90-94	84	
95-...	32	
Entidades Prescritoras (N.º de PA prescritos)	Centros de Saúde	1.261
	Centros Especializados	2.870
Produtos de Apoio (N.º)		4.131
Orçamento Executado (€) (DGCF/ISS, I.P)		4.493.575,40
Taxa de Execução Financeira (%)		100%

PARTE V

INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P. (IEFP, I.P.)

1- CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

1.1 PESSOAS APOIADAS POR REGIÃO

Do apuramento efetuado foi possível verificar que durante o ano de 2015 beneficiaram de apoios para aquisição e/ou reparação de produtos de apoio indispensáveis ao acesso e manutenção do emprego ou progressão na carreira ou acesso e frequência de formação profissional, 217 pessoas com deficiência e incapacidade.

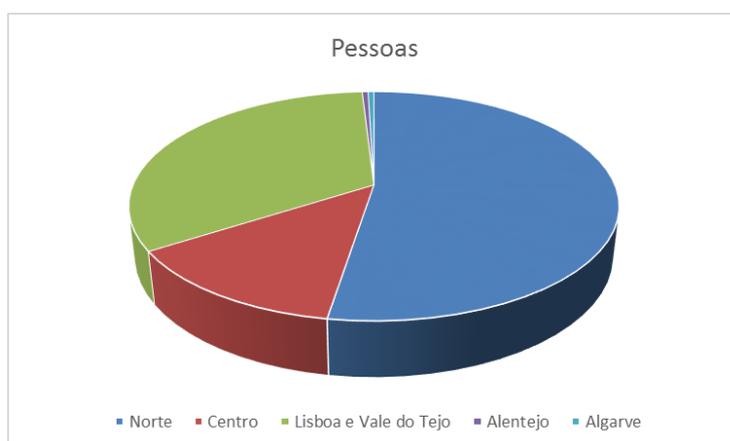


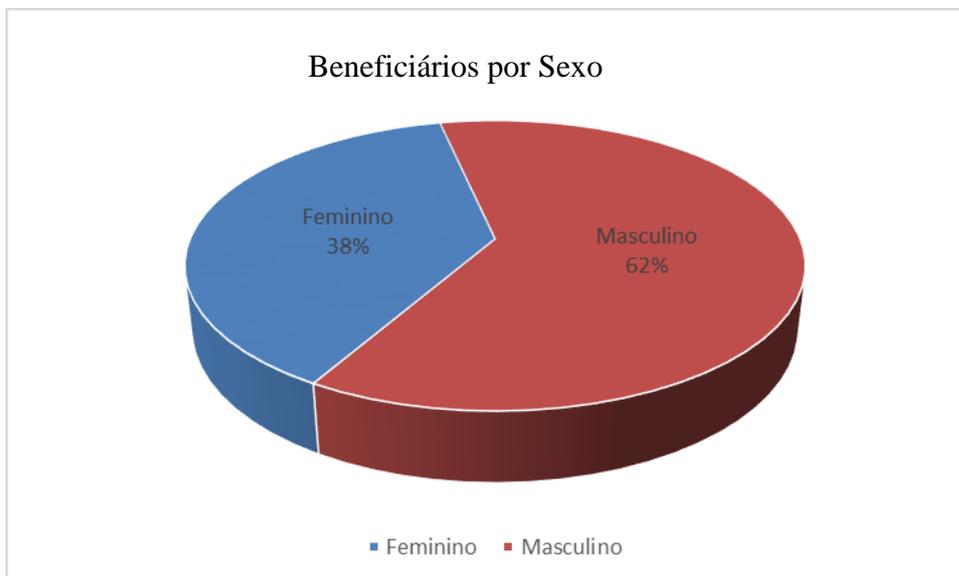
Gráfico 1: DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS APOIADAS POR REGIÃO

A maioria das pessoas que beneficiaram de produtos de apoio reside na área de intervenção da Delegação Regional do Norte (52,5%), a que se seguem as pessoas que residem na área geográfica de intervenção da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo (33,2%).

1.2 PESSOAS APOIADAS POR SEXO

Relativamente às pessoas abrangidas por sexo, verifica-se que das 217 pessoas com deficiência e incapacidade apoiadas, 83 eram do sexo feminino e 134 do sexo masculino.

Gráfico 2: DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS APOIADAS POR SEXO



Numa análise por sexo, verifica-se que a maioria das pessoas que beneficiou de produtos de apoio são homens (61,8%). E, tirando as Delegações Regionais do Alentejo e Algarve, onde os dados são pouco significativos, nas outras Delegações a distribuição por sexo é muito idêntica (61% - 65% homens e 35% - 38% mulheres).

1.3 PESSOAS APOIADAS POR GRUPO ETÁRIO

No que se refere à distribuição das pessoas com deficiência e incapacidade apoiadas, por grupo etário, verifica-se que a maioria dos produtos de apoio foi atribuída a pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos, que representam cerca de 61,3% do total de pessoas apoiadas.

Somando o total das pessoas apoiadas nos escalões etários entre os 25 e os 54 anos, obtém-se um universo de 84,3 % do total de pessoas apoiadas.

Quadro 1: DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS APOIADAS POR GRUPO ETÁRIO

Escalão Etário	18 - 19	20 - 24	25 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 64	>64	TOTAL
Total Nacional	1	8	133	27	23	24	1	217

1.4 PESSOAS APOIADAS POR HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

Relativamente à distribuição das pessoas com deficiência e incapacidade apoiadas por habilitações académicas podemos verificar que embora a maioria das pessoas apoiadas tenham como habilitações o ensino secundário, a que se seguem as pessoas com o 3.º ciclo do ensino básico (em conjunto ascendem a 55,3% do total de pessoas apoiadas), as pessoas com habilitações académicas superiores ao ensino secundário são 54,8%, o que pode indicar que o acesso aos produtos de apoio depende também do maior ou menor acesso à informação.

Quadro 2: DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS APOIADAS POR HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

Habilitações Académicas	Feminino	Masculino	TOTAL
<4	1	0	1
1º Ciclo	4	11	15
2º Ciclo	4	22	26
3º Ciclo	23	33	56
Ensino Secundário	26	38	64
Bacharelato	3	0	3
Licenciatura	20	26	46
Mestrado	2	4	6
Total	83	134	217

1.5 PESSOAS APOIADAS POR TIPO DE DEFICIÊNCIA/ALTERAÇÃO DAS FUNÇÕES

Finalmente, no que se refere ao tipo de deficiência, constata-se que as pessoas com alterações das funções Neuromusculoesqueléticas e relacionadas com movimento representam 64,5% das pessoas apoiadas, seguidas das pessoas com alteração das funções da visão e relacionadas (17,1%).

Quadro 3: DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS DE APOIO POR TIPO DE DEFICIÊNCIA/ALTERAÇÃO DAS FUNÇÕES

Funções do Corpo (Classificação CIF)	TOTAL
Mentais	3
Da visão e relacionadas	37
Auditivas e vestibulares	7
Da voz e da fala	1
Aparelho digestivo e sistemas metabólico e endócrino	27
Neuromusculoesqueleticas e relacionadas com movimento	140
Da pele e estruturas relacionadas	2
TOTAL	217

2 - CARACTERIZAÇÃO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

2.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA GLOBAL

A execução física e financeira global para o ano de 2015 relativa ao financiamento de produtos de apoio pelo IEFP, I. P., destinados ao acesso e frequência de formação profissional e ao acesso, progressão e manutenção do emprego foi de 495 produtos atribuídos, com um custo global de 1.566.271,83 €, tal como apresentado no quadro que se segue, não tendo sido atingido o montante previsto no Despacho n.º 6478/2015, de 11 de junho, que previa uma verba de 1.780.000,00 €. A taxa de execução foi assim de 88%. A baixa taxa de execução é resultado das dificuldades ocorridas com a utilização e o funcionamento da base de dados SAPA cuja utilização, para efeitos de prescrição, passou a ser obrigatória a partir de março de 2015 e que teve como consequência a demora do processo de prescrição.

Quadro 4: EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA GLOBAL

Delegação Regional	Produtos de Apoio	Montante Atribuído
Norte	250	753.421,25 €
Centro	60	208.343,83 €
Lisboa e Vale do Tejo	156	549.420,50 €
Alentejo	4	15.732,86 €
Algarve	25	39.353,39 €
Total	495	1.566.271,83 €

2.2 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA POR TIPO DE DEFICIÊNCIA/ALTERAÇÃO DAS FUNÇÕES

Se efetuarmos uma análise dos produtos de apoio e dos montantes atribuídos por deficiência podemos verificar que 53,7% dos produtos atribuídos se destinaram a pessoas com alterações das Funções neuromusculoesqueleticas e relacionadas com o movimento que representam 69,5% do total do financiamento concedido. Os produtos de apoio concedidos às pessoas com alterações nas Funções da visão e relacionadas representam 32,5% dos produtos de apoio atribuídos o que corresponde a 14,4% do total do financiamento concedido.

Quadro 5: EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA POR TIPO DE DEFICIÊNCIA/ALTERAÇÃO DAS FUNÇÕES

Funções do Corpo (Classificação CIF)	Produtos de Apoio	Montante Atribuído
Funções mentais	5	4.571,32 €
Funções da visão e relacionadas	161	226.939,45 €
Funções auditivas e vestibulares	13	24.625,52 €
Funções da voz e da fala	1	632,25 €
Funções do aparelho digestivo e dos sistemas metabólico e endócrino	45	186.155,96 €
Funções neuromusculoesqueleticas e relacionadas com o movimento	266	1.089.841,16 €
Funções da pele e estruturas relacionadas	4	33.506,17 €
Total	495	1.566.271,83 €

3- CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE APOIO ATRIBUÍDOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE APOIO POR CLASSIFICAÇÃO ISO

Em termos globais podemos verificar que a maior percentagem de produtos de apoio financiados foi efetuada na Classe 12: Produtos de Apoio para Mobilidade Pessoal, que representam isoladamente 37,4% (185) do total dos produtos de apoio financiados, logo seguidas da Classe 22: Produtos de Apoio para Comunicação e Informação, com 36,8% (182) do total das atribuições. Em conjunto, estas duas classes ISO representam mais de 74,1% do total das prescrições financiadas. Se a estas duas Classes somarmos a Classe 06: Ortóteses e Próteses ficamos com 90,3% do total dos produtos de apoio financiados.

Quadro 6: EXECUÇÃO FÍSICA POR CLASSIFICAÇÃO ISO A 2 DÍGITOS

Delegação Regional	Classificação ISO a 2 dígitos								TOTAL
	04	05	06	09	12	15	18	22	
Norte	19	0	45	1	87	0	0	98	250
Centro	6	0	5	0	27	0	0	22	60
Lisboa e Vale do Tejo	19	1	30	0	68	0	0	38	156
Alentejo	0	0	0	0	2	0	0	2	4
Algarve	0	0	0	0	1	1	1	22	25
Total	44	1	80	1	185	1	1	182	495

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO POR REGIÃO E CLASSIFICAÇÃO ISO

No que se refere ao montante do financiamento atribuído por Classificação ISO, verificamos que o grupo mais representativo é o da Classe 12 – Produtos de Apoio para a Mobilidade Pessoal, seguido pela Classe 06 – Ortóteses e Próteses e pela classe 22 - Produtos de Apoio para a Comunicação e Informação, não obstante ser quase o mais significativo em termos de produtos atribuídos.

Quadro 7: PRODUTOS FINANCIADOS POR CLASSIFICAÇÃO ISO

Delegação Regional	Classificação ISO a 2 dígitos (Financiamento Atribuído)							
	04	05	06	09	12	15	18	22
Norte	8.793,81 €	0,00 €	224.557,08 €	450,50 €	362.076,96 €	0,00 €	0,00 €	157.542,89 €
Centro	2.794,98 €	0,00 €	8.909,10 €	0,00 €	157.359,51 €	0,00 €	0,00 €	39.280,24 €
Lisboa e Vale do Tejo	9.028,02 €	889,65 €	200.047,37 €	0,00 €	292.045,10 €	0,00 €	0,00 €	47.410,36 €
Alentejo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11.982,86 €	0,00 €	0,00 €	3.750,00 €
Algarve	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6.916,41 €	61,47 €	7.963,49 €	24.412,02 €
Total	20.616,81 €	889,65 €	433.513,56 €	450,50 €	830.380,84 €	61,47 €	7.963,49 €	272.395,51 €

Quadro 8: CUSTO MÉDIO DOS PRODUTOS DE APOIO ATRIBUÍDOS POR CLASSIFICAÇÃO ISO

Classe ISO	Produtos Atribuídos	Montante Pago	Custo Médio
04: Produtos de Apoio para Tratamento Clínico	44	20.616,81 €	468,56 €
05: Produtos de Apoio para Treino de Competências	1	889,65 €	889,65 €
06: Ortóteses e Próteses	80	433.513,56 €	5.418,92 €
09: Produtos de Apoio para Cuidados Pessoais e de Proteção	1	450,50 €	450,50 €
12: Produtos de Apoio para Mobilidade Pessoal	185	830.380,84 €	4.488,55 €
15: Produtos de Apoio para Atividades Domésticas	1	61,47 €	61,47 €
18: Mobiliário e Adaptações para Habitação e Outros Edifícios	1	7.963,49 €	7.963,49 €
22: Produtos de Apoio para Comunicação e Informação	182	272.395,51 €	1.496,68 €
TOTAL	495	1.566.271,83 €	3.164,19 €

Em termos comparativos de custos médios, não podemos deixar de notar que as classes que maiores custos médios têm são a Classe 06 – Ortóteses e Próteses e a Classe 12 - Produtos de Apoio para a Mobilidade Pessoal. Não tivemos em consideração o custo médio da Classe 18 cujo número de produtos atribuídos não é estatisticamente significativo (apenas uma prescrição).

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise da evolução das atribuições dos últimos 4 anos podemos verificar que o número de produtos de apoio atribuídos e financiamento concedido pelo IEFP, I. P. tem vindo a conhecer em termos médios anuais um crescimento contínuo que, pese embora o ligeiro decréscimo que se verificou no ano de 2015 relativamente a 2014 continua a ser visível.

Quadro 9: EVOLUÇÃO DOS ÚLTIMOS 4 ANOS

Delegação Regional	Produtos Apoio				Montante Atribuído			
	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015
Norte	56	155	241	250	179.651,56 €	552.658,48 €	716.000,03 €	753.421,25 €
Centro	39	25	90	60	145.135,56 €	134.892,91 €	240.179,27 €	208.343,83 €
Lisboa e Vale do Tejo	74	127	211	156	189.910,50 €	516.992,84 €	621.006,26 €	549.420,50 €
Alentejo	3	17	16	4	8.375,33 €	32.430,54 €	153.339,21 €	15.732,86 €
Algarve	0	8	10	25	0,00 €	19.614,05 €	40.761,04 €	39.353,39 €
Total	172	332	568	495	523.072,95 €	1.256.588,82 €	1.771.285,81 €	1.566.271,83 €

Gráfico 3: DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS APOIADAS POR REGIÃO

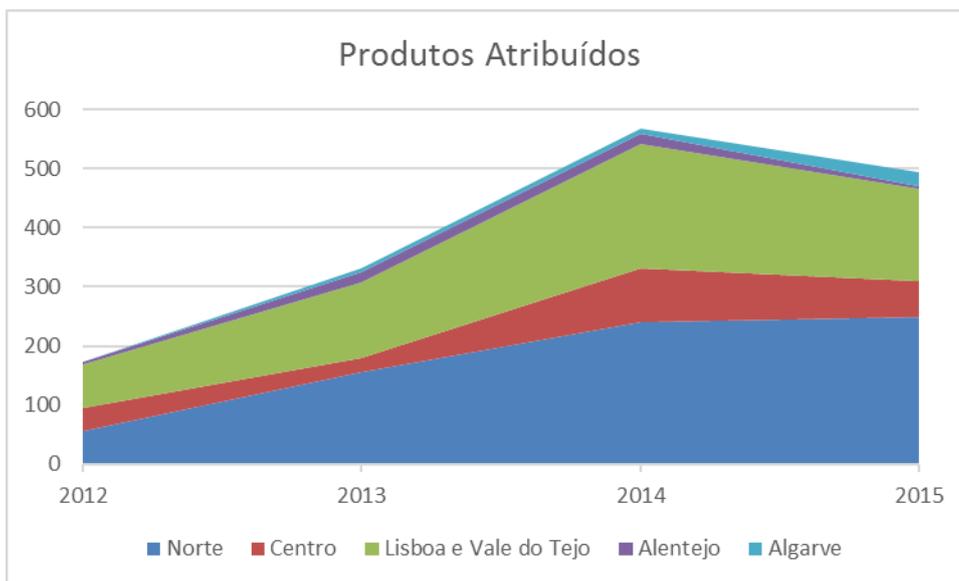
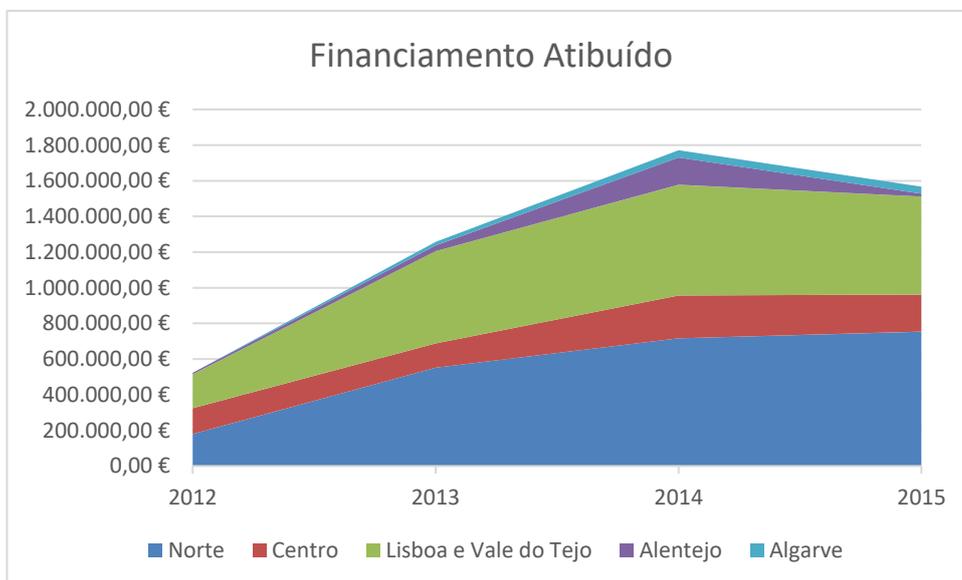


Gráfico 4: DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS APOIADAS POR REGIÃO



Durante 2015, com a entrada em funcionamento da BDR-SAPA, seguiu-se um período de adaptação por parte das entidades prescritoras e dos serviços do IEFP, I.P. aos novos procedimentos.

Este período revelou, todavia, alguns constrangimentos que apenas começaram a atenuar-se a partir do início do 4.º trimestre do ano, devido a dificuldades no acesso à BDR-SAPA, factor que condicionou a execução desta medida.

De referir que no âmbito das candidaturas apresentadas em 2015 não foi necessário desencadear, por iniciativa do IEFP, I. P., os mecanismos tendentes à intervenção da Comissão de Análise prevista no artigo 13.º dos procedimentos gerais para a atribuição e financiamento de produtos de apoio, aprovados pelo Despacho n.º 7225/2015, de 1 de julho.

O IEFP, I. P. participou ainda nas reuniões da Comissão de Acompanhamento dos Produtos de Apoio, bem como no grupo de trabalho que preparou e acompanha a implementação da base de dados.

No âmbito da Comissão de Acompanhamento dos Produtos de Apoio ainda foram rececionadas e respondidas as questões/exposições dirigidas à caixa de correio criada pelo Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P. para efeitos do SAPA: produtosdeapoio@inr.msess.pt.

PARTE VI

DIREÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO (DGE)

Considera-se produto de apoio “qualquer produto (incluindo dispositivos, equipamento, instrumentos, tecnologia e software) especialmente produzido ou geralmente disponível, que se destina a prevenir, compensar, monitorizar, atenuar ou neutralizar limitações da atividade e restrições na participação” (DL n.º 93/2009 de 16 de abril).

No caso das crianças e jovens que frequentam o sistema educativo e necessitam de produtos de apoio, compete ao Ministério da Educação, através da Direção-Geral da Educação, o financiamento e atribuição de um conjunto de produtos de apoio considerados necessários para o acesso ao currículo.

Os produtos de apoio constituem-se como um elemento facilitador no processo de ensino e de aprendizagem ao eliminarem muitas das barreiras existentes em áreas como a comunicação, a manipulação, a aprendizagem e independência pessoal.

Numa perspetiva mais ampla os produtos de apoio em contexto escolar são, indubitavelmente, um fator de inclusão, participação e equidade ao possibilitar aos alunos com deficiências e incapacidades o acesso ao currículo nas suas diferentes componentes

Na sequência da publicação do Despacho n.º 6478/2015, de 11 de junho, foi fixada a verba no montante de 200.000,00€ a disponibilizar pelo Ministério da Educação para o financiamento de produtos de apoio, os quais são adquiridos e entregues aos alunos pelos agrupamentos de escola que estes frequentam.

1 - DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE APOIO

1.1 DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE APOIO POR CENTROS DE RECURSOS TIC PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL (CRTIC)

No ano de 2015 foram atribuídos e financiados 532 produtos de apoio através de 195 agrupamentos de escolas (AE) em resultado das avaliações e recomendações de 19 CRTIC.

Quadro 1 – distribuição dos produtos de apoio por CRTIC

Centros de Recursos TIC	N.º de AE envolvidos	N.º de PA atribuídos
CRTIC de Guimarães	3	11
CRTIC de Mirandela	3	9
CRTIC de Porto	29	68
CRTIC de Cinfães	7	11
CRTIC de Viana do Castelo	20	48
CRTIC de Viseu	5	17
CRTIC da Guarda	7	26
CRTIC das Caldas da Rainha	8	14
CRTIC de Pombal	16	36
CRTIC de Aveiro	14	63
CRTIC de Coimbra	17	38
CRTIC de Castelo Branco	4	7
CRTIC da Amadora	9	15
CRTIC de Loures	2	5
CRTIC de Sintra	15	42
CRTIC de Seixal	18	55
CRTIC de Setúbal	7	14
CRTIC de Évora	7	45
CRTIC DE Portalegre	4	8
	195	532

Alguns CRTIC (Santa Maria da Feira, Chaves, Santarém, Beja, Sines e Faro) por questões relacionadas com (i) problemas no acesso à BDR-SAPA e (ii) dificuldade na recolha de dados junto da classe médica, não procederam a prescrições em prazo útil.

1.2 DISTRIBUIÇÃO DE ALUNOS QUE RECEBERAM PRODUTOS DE APOIO POR SEXO

Conforme representado no gráfico 1, num total de 364 alunos que receberam produtos de apoio, 62% eram do sexo masculino. A percentagem de alunas que recebeu produtos de apoio situa-se nos 35% e os alunos perfazem 65%.

Gráfico 1-Distribuição dos alunos que receberam Produtos de Apoio por sexo.



1.3 DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE APOIO POR CATEGORIA

No que se refere à classificação dos produtos de apoio disponibilizados em 2015, de acordo com a Norma Portuguesa, Produtos de apoio para pessoas com incapacidade e deficiências, Classificação e terminologia (ISO 9999:2007), verificou-se que a maior percentagem de produtos de apoio, 63%, refere-se a computadores e periféricos (classificação nível 2, 22 33). A categoria de produtos de apoio com menor número de atribuições (n=31), o que se traduz em uma percentagem de 6%, refere-se aos produtos de apoio da categoria 22 39- dispositivos de saída para computadores.

Quadro 2 – Classificação dos produtos de apoio por referência à Classificação ISO 9999:2007

Classificação ISO 9999:2007	N.º de PA	%
22 33 - Computadores e periféricos	338	63%
22 36 - Dispositivos de entrada para computadores	36	7%
22 39 – Dispositivos de saída para computadores	31	6%
22 12 - Produtos de apoio para desenho e escrita	43	8%
05 06 - Produtos de apoio para treino de comunicação alternativa e aumentativa	84	16%
	532	100%

Como informação adicional refere-se que na categoria 22 33 - Computadores e periféricos, incluem-se *tablets* que, na grande maioria das situações, têm como função primordial o suporte a *software* específico para a comunicação alternativa e aumentativa.

2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA

No que se refere à execução financeira, foi disponibilizado o montante global de 199.664,46€ relativamente ao total em orçamento de €200.000,00 o que representa uma taxa de execução financeira de 99,8%.

Quadro 3 – produtos de apoio atribuídos por agrupamentos de escolas, alunos abrangidos e montantes disponibilizados.

Centros de Recursos TIC	N.º de AE Abrangidos	N.º de PA financiados	N.º de alunos Abrangidos	Financiamento (montante €)
Guimarães	3	11	10	14.133,50 €
Mirandela	3	9	5	4.465,00 €
Porto	29	68	50	25.563,20 €
Cinfães	7	11	9	6.909,72 €
Viana do castelo	20	48	40	17.939,80 €
Viseu	5	17	10	5.312,00 €
Guarda	7	26	19	8.609,69 €
Caldas da Rainha	8	14	9	3.648,33 €
Pombal	16	36	30	15.182,77 €
Aveiro	14	63	29	20.800,85 €
Coimbra	17	38	34	16.005,31 €
Castelo Branco	4	7	5	3.325,60 €
Amadora	9	15	9	4.687,00 €
Loures	2	5	3	979,59 €
Sintra	15	42	26	14.843,14 €
Seixal	18	55	38	17.410,96 €
Setúbal	7	14	10	5.401,00 €
Évora	7	45	21	12.945,70 €
Portalegre	4	8	7	1.501,30 €
Totais	195	532	364	199.664,46 €

3 - NOTAS FINAIS

No ano de 2015, foi executada a verba na sua totalidade. Das recomendações realizadas pelos CRTIC, 532 foram validadas o que corresponde à atribuição de 532 produtos de apoio. O ano em referência reporta a um conjunto de 195 os agrupamentos de escola, através dos quais foram adquiridos e entregues 532 produtos de apoio a 364 alunos/alunas no valor global de 199.664,46 €.

PARTE VII

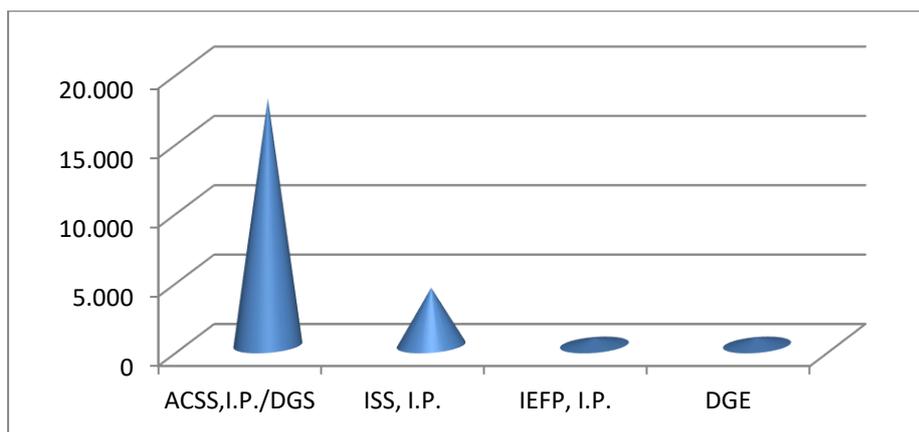
SINTESE GLOBAL DAS ENTIDADES

Durante o ano de 2015 foram atribuídos **22.938** Produtos de Apoio através dos Hospitais, Centros Distritais da Segurança Social e do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.. de acordo com a tabela que se segue:

Tabela 1- Distribuição de Produtos de Apoio financiados por entidade

Entidade	Quantidade Produtos de Apoio
ACSS,I.P./DGS	17.780
DGE	532
ISS,I.P.	4.131
IEFP	495
TOTAL	22.938

Gráfico 1- Nº de Produtos de apoio atribuídos por entidade



Pelo **ISS, I.P.**, foram apoiadas 2.028 pessoas com deficiência ou incapacidades, das quais 1.008 são do sexo masculino e 1.020, do sexo feminino, tendo-lhe sido concedidos 4.131 produtos de apoio.

Na atribuição dos produtos de apoio verificou-se um menor número de prescrições pelos Centros de Saúde num total de 1.261 e por Centros Especializados um total de 2.870 prescrições efectuadas

O ISS, I.P., apresenta um Orçamento Executado de 4.493.575,40 num Orçamento Programado no mesmo valor apresentando uma Taxa de Execução de 100%.

Quanto aos elementos disponibilizados pela **DGS**, das 15.495 pessoas com deficiência ou incapacidade apoiadas, foram prescritos um total de 17.780 produtos de apoio, dos quais foram entregues a pessoas do sexo feminino correspondendo a 53 % e a pessoas do sexo masculino corresponde uma percentagem de 47%.

A tipologia da deficiência e/ou incapacidade mais evidenciada foi a motora (38%), logo seguida de incapacidades e/ou deficiência orgânica (33%).

No que diz respeito às entidades prescritoras, verifica-se que foram os Hospitais/Centros Hospitalares os que mais prescrições realizaram.

No tocante à execução financeira, o montante global reportado foi de 5.956.296,18. relativamente ao total concedido de 7.000.000,00€ com uma Taxa de execução de 85,09%.

Pelo **IEFP, I.P.**, foram apoiadas 217 pessoas com deficiência ou incapacidades, das quais 134 do sexo masculino e 83 do sexo feminino, com uma maior incidência na deficiência Neuromúsculo-Esquelética/Motora (64,5%) e de seguida as pessoas com alteração das funções de visão e relacionadas (17,1%), tendo sido concedidos 495 produtos de apoio. O IEFP, I.P., apresenta um Orçamento Executado de 1.566.271,83 € num Orçamento Programado de 1.780.000,00 € (Taxa de Execução cerca de 88%).

Pela **DGE**, no ano de 2015, à semelhança de anos anteriores, toda a verba disponível em orçamento para a atribuição de produtos de apoio pelo Ministério da Educação e Ciência, foi executada.

Das recomendações realizadas pelos CRTIC, foram atribuídos, num conjunto de 195 agrupamentos de escola, 532 produtos de apoio correspondendo a 364 alunos dos quais 35% do sexo feminino, e 65% a crianças do sexo masculino, no valor global de 199.664,46 Euros, de um Orçamento inicial de 200.000,00, representando uma taxa de execução de 99,8%.

No âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio e de acordo com a análise dos dados reportados ao INR, I.P., pelas entidades financiadoras deste Sistema, durante o ano de 2015, foi possível aferir um conjunto de indicadores globais que, de seguida, serão apresentados.

PARTE VIII

SÍNTESE CONCLUSIVA GLOBAL DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO FINANCIAMENTO DOS PRODUTOS DE APOIO DAS ENTIDADES

Em resumo, tendo em conta os principais indicadores globais da execução física e financeira, poderemos concluir o seguinte:

No que diz respeito à execução física apresentada pela ACSS, I.P./DGS, pelo ISS, I.P., pelo IEFP, I.P. e pela DGE foram financiados no seu total 22.938 produtos de apoio e apoiadas 18.104 pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

Em termos de execução financeira, de acordo com as verbas disponibilizadas para o financiamento de produtos de apoio para o ano de 2015, referidas no despacho n.º 6478/2015 de 11 de junho o mesmo apresenta um orçamento programado global de 13.480.000,00 Euros. Verifica-se que o ISS, I.P., apresenta o valor programado para o financiamento de produtos de apoio no âmbito da Segurança Social, de 4.493.575,40€ existindo uma diferença no tocante ao valor publicado no referido despacho (4.500.000,00€).

Os restantes valores apresentados no Quadro n.º 1, têm por base a informação remetida pelas respetivas entidades financiadoras através do envio dos respectivos relatórios anuais da execução física e financeira do financiamento dos produtos de apoio referente ao ano de 2015. Tendo por base esses indicadores pode aferir-se que foi executado um valor global de 12.208.386,35€ correspondendo a uma taxa de execução global aproximada de 90,66%.

Quadro n.º 1 – Quadro Resumo da Execução Global Física e Financeira das entidades financiadoras referente ao ano de 2015

Entidades Financiadoras	ISS, I.P.	ACSS, I.P./DGS	IEFP, I.P.	DGE	Valores Globais
Pessoas Apoiadas (N.º)	2.028	15.495	217	364	18.104
Produtos de Apoio atribuídos (N.º)	4.131	17.780	495	532	22.938
Orçamento Programado (€)	4.493.575,40	7.000.000,00	1.780.000,00	200.000,00	13.473.575,40
Orçamento Executado (€)	4.493.575,40	5.956.296,18	1.566.271,83	199.664,46	12.208.386,35
Taxa de execução (%)	100	85,9	88	99,8	90,66

NOTA: Os valores constantes no quadro supra encontram-se de acordo com o reportado por cada entidade financiadora em sede de Relatório da Avaliação Física e Financeira do Financiamento de Produtos de Apoio referentes ao ano de 2015 que anualmente enviam para o INR, I.P. no cumprimento da legislação em vigor para o devido efeito.

Se compararmos com os valores referentes ao ano anterior, como se pode verificar no quadro infra, verifica-se um aumento em todos os indicadores referentes a 2015. Um maior número de pessoas apoiadas e produtos de apoio atribuídos a pessoas com deficiência e/ou incapacidade com um Orçamento Programado e conseqüentemente um Orçamento Executado observando-se um taxa de execução similar sendo de 90,66% em 2015.

Quadro n.º 2 – Quadro Resumo da Execução Global Física e Financeira das entidades financiadoras referente ao ano de 2014

Entidades Financiadoras	ISS, I.P.	ACSS, I.P./DGS	IEFP, I.P.	DGE	Valores Globais
Pessoas Apoiadas (N.º)	1.537	14.078	303	511	16.429
Produtos de Apoio atribuídos (N.º)	3.296	16.607	568	538	21.009
Orçamento Programado (€)	4.000.238,26	6.000.000,00	1.100.000,00	200.000,00	11.100.238,26
Orçamento Executado (€)	4.000.238,26	4.399.605,36	1.771.285,81	199.959,11	10.171.129,43
Taxa de execução (%)	100	73	161	100	90

No que diz respeito ao financiamento de Produtos de Apoio durante o ano de 2015, o mesmo foi monitorizado em sede de Comissão de Acompanhamento do Produtos de Apoio (CAPA), constituída pelos elementos já anteriormente referenciados, a qual se reúne mensalmente para apreciação da execução física e financeira mensal das entidades com responsabilidade no financiamento de produtos de apoio no âmbito deste sistema, bem como da análise casuística da informação recebida através do endereço eletrónico produtosdeapoio@inr.msess.pt, de forma a agilizar respostas e articulações entre os parceiros na resolução das preocupações reportadas pelos cidadãos que a este sistema de financiamento recorrem.

Durante o ano de 2015, resultado da monitorização mensal realizada em sede de CAPA, sobre os processos novos rececionados via endereço eletrónico foram agilizados 158 casos tal como se descreve:

Quadro n.º 3 – Monitorização de processos rececionados e analisados em sede de CAPA

DGS	ISS, I.P.	DGE	IEFP, I.P.	INR, I.P.	Total
34	75	6	17	29	158

OBS: Apenas são contabilizados mensalmente os processos novos, rececionados via caixa de correio eletrónico produtosdeapoio@inr.msess.pt.

Verifica-se assim que durante o ano de 2015 foram rececionados nesta caixa de correio eletrónico um total de 158 novos processos, dos quais 34 foram encaminhados para resposta pela DGS (por se tratar de matéria do âmbito daquela entidade), 75 foram respondidos pelo ISS, I.P. (por se tratar de matéria sobre a qual deveria ser esta a entidade a pronunciar-se), 6 foram encaminhados para resposta pela DGE (para melhor esclarecimento no âmbito da educação), 17 foram encaminhados para o IEFP, I.P. (por se tratar de matéria do âmbito daquele Instituto) e 29 foram respondidos diretamente ao requerente pelo INR, I.P..

Comparando com o ano de 2014 em que deram entrada um total de 97 processos. Verifica-se, um aumento de 59 novos processos rececionados pela caixa de correio eletrónica produtosdeapoio@inr.msess.pt no ano de 2015.

No que diz respeito à BDR-SAPA, e em forma de balanço tendo presente alguns constrangimentos assinalados aquando da sua implementação, a mesma mereceu alguns ajustes pela sua complexidade. O INR, I.P., enquanto entidade gestora manteve sempre um acompanhamento de proximidade entre as partes envolvidas no sistema e o Instituto de Informática, I.P. (II, I.P.).

De acordo com os constrangimentos assinalados junto deste Instituto e, por forma a minimizar qualquer dano que poderia ter causado aos cidadãos com deficiência e/ou incapacidade na obtenção de prescrição de produtos de apoio no âmbito do SAPA, foram efetuadas, a pedido do INR, I.P., todas as atualizações e correções necessárias na BDR-SAPA assinaladas pelos envolvidos.

O plano de implementação desta 1.ª fase de informatização exigiu, da parte das entidades financiadoras, um trabalho de preparação de todas as estruturas envolvidas nesta mudança, tendo o grupo de trabalho coordenado pelo INR, I.P., funcionado como um espaço importante de reflexão e de acompanhamento, nomeadamente na identificação e participação no desenho dos conteúdos de formação.